

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Ordem e progresso](#)

[Educando cidadãos](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Avaliando a educação para melhorar a aprendizagem de todos](#)

[Gestão Doria quer reduzir avaliações de alunos e mudar bônus de professores](#)

O GLOBO - RJ

[S.O.S. universidade pública](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Classe média alta brasileira estranha modelo escolar do país](#)

Imprensa Estadual

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[Brasil conta com quase sete mil cursos de pós-graduação](#)

Agências de notícias e sites

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Ministro da Educação trabalhou em cursos mal avaliados e fechados pelo MEC](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Aluno pobre tem só 0,16% de chance de estar entre os melhores do Enem](#)

AGÊNCIA FOLHA

[MEC apoiará uso do Exército para administrar escolas municipais, diz ministro](#)

G1

[Enem 2018: resultado é divulgado pelo Inep](#)

[Governo anula nomeação de diretor do Inep responsável pelo Enem](#)

PORTAL EXAME

[Governo recua e anula nomeação controversa para dirigir o Enem](#)

PORTAL ISTOÉ

[ProUni 2019: inscrições serão abertas a partir do próximo dia 29](#)

R7

[Notas individuais do Enem serão divulgadas nesta sexta-feira](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Governo recua e suspende nomeação de diretor controverso para comandar Enem](#)

[ProUni 2019: inscrições serão abertas a partir do próximo dia 29](#)

[Simulador do SiSU 2019 é lançado pelo MEC](#)

A CRÍTICA - AM

[Doutorado em Administração no Ciesa está nos últimos dias de inscrições](#)

FOLHA DIFERENCIADA

[Brasil: o desenvolvimento interdito - João P. Romero](#)

GRUPO ORZIL

[INPE esclarece sobre sistemas de monitoramento](#)

JORNAL DA CIÊNCIA

[Um legado de defesa da ciência e educação do País](#)

[Observatório da Unesp de Bauru realiza Virada Astronômica](#)

[Aberta chamada DFG-Capes para fomento de projetos Brasil-Alemanha na área de](#)

[Direito](#)

PLANTÃO NEWS

[Sistema do Inep já está aberto para coleta de dados do Censo de 2018](#)

PORTAL TV CARIRI

[Museu Nacional inaugura exposição sobre Antártida, 1ª após incêndio](#)

SOBRAL NOTÍCIAS

[Alunos de Engenharia Civil da UVA são destaque em seleção de mestrado e doutorado da UFC](#)

CORREIO WEB

[Museu Nacional revela achados na Antártica em 1ª mostra pós-incêndio](#)

G1

[Resultado do Enem 2018 será divulgado nesta sexta-feira](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Economista que chamou docentes de manipuladores assume comando do Enem](#)

A CIDADE – SP

[Vendas de ciências e precisa de ferramentas](#)

Agências de notícias e sites

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE

[Nucli da UFPE busca professores de inglês](#)

UFMG

[Ranking confirma importância da universidade pública na produção do conhecimento](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Série ‘Sementes da Educação’ mostra escolas brasileiras com propostas pedagógicas inovadoras](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ARI CUNHA

Ordem e progresso

Questões que envolvem educação se tornaram prioridade máxima: o referencial de riqueza de uma nação é dado pela qualidade da educação de sua população na geração de conhecimento e de tecnologia. Países ricos são aqueles que produzem ciência e soluções técnicas para o mundo moderno. Mais do que petróleo, ouro ou grãos, é na educação de qualidade que estão os caminhos que afastam uma nação da miséria e do subdesenvolvimento.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES

Educando cidadãos

Projeto voluntário oferecido por ex-alunos da UnB visa ajudar estudantes de baixa renda a se preparar para os vestibulares de acesso a instituições de ensino superior. As inscrições para este semestre estão abertas

Estudar na Universidade de Brasília (UnB) sempre pareceu um sonho distante para Gabriel Lucas Araújo, 21 anos. De família humilde, o morador da Ceilândia e aluno de escola pública durante o ensino médio acreditava que nunca teria boas chances de se preparar para os vestibulares que permitem acesso à instituição de ensino superior mais concorrida do Distrito Federal. Há três anos, no entanto, ele encontrou uma luz no fim do túnel. “O Vestibular Cidadão me mostrou que chegar à UnB não é algo impossível para pessoas na mesma situação que a minha. Aprendi que somos capazes de tudo. Basta dedicação e força de vontade”, destaca.

Ele se refere ao projeto voluntário organizado por estudantes da própria UnB. Desde 2003, universitários se mobilizam para oferecer um cursinho gratuito, sem fins lucrativos, a alunos de baixa renda que estão prestes a terminar o ensino médio e querem começar sua trajetória no ensino superior. A ideia é que essas pessoas, especialmente quem estuda em escola pública ou é bolsista em um colégio particular, possam ter um aprendizado de qualidade para concorrer a uma vaga na UnB, seja por meio do vestibular, da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) ou do Programa de Avaliação Seriada (PAS).

“O projeto nasceu como uma maneira de nós tentarmos ser a mudança que queremos para o mundo. Ao doarmos um pouco do nosso tempo para ajudar jovens com realidades tão difíceis a superar obstáculos e realizar os seus sonhos, estamos dando o primeiro passo”, comenta o presidente do Vestibular Cidadão, Vinícius Machado, 22.

Há uma semana, o projeto abriu as inscrições para escolher 120 alunos que participarão das aulas do primeiro semestre deste ano. O processo seletivo contará com uma prova de conhecimentos gerais e entrevistas individuais dos candidatos (veja Calendário). As aulas terão início em março e durarão até o fim de maio, uma semana antes da realização do vestibular da UnB de 2019.

“Neste processo seletivo, tentamos ser extremamente justos, pois não temos capacidade para receber todos os alunos. Como a prova não é suficiente para conhecermos os candidatos, entrevistamos cada um para identificar quem realmente não tem condições de arcar com um curso preparatório e aqueles que estão interessados em se esforçar para aprender”, explica Vinícius.

Os alunos escolhidos, como Gabriel Lucas, participam de aulas de segunda a sábado. As disciplinas são ministradas na sua maioria por atuais ou ex-estudantes da UnB. “Isso, de certa forma, nos aproxima da Universidade de Brasília. Quando o universitário compartilha a experiência dele conosco, passamos a confiar que também podemos chegar lá”, confessa. “Neste ano, vou começar o quarto semestre de química. Tudo aquilo que vivenciei no Vestibular Cidadão em 2016 foi imprescindível para que eu entrasse na UnB. Sem esse projeto, talvez eu não conseguisse esse marco tão grande para a minha vida”, garante.

Dedicação

Os organizadores do Vestibular Cidadão estimam que mais de mil alunos que já passaram pelo projeto conseguiram ser aprovados para a UnB e outras instituições de ensino superior do DF e do país, como Alan Alves, 22, que hoje é diretor de Comunicação da iniciativa. Também estudante de química, ele ingressou na UnB em 2017, um ano após participar do cursinho. “À época, vivi um dos momentos mais difíceis da minha vida, e o projeto significou um divisor de águas. Não sei o que seria de mim sem ele”, destaca.

Alan será um dos professores voluntários deste ano. Para ele, a responsabilidade é enorme. “O conhecimento que eu passar aos alunos será fundamental para que eles consigam entrar em uma universidade. De certa forma, eles dependem de mim e vou dar o meu melhor. Tudo aquilo que aprendi no projeto quero repassar a esses estudantes”, relata. “É gratificante saber que você é importante para a vida de alguém. Portanto, quero ajudar ao máximo para que cada um tenha a mesma sorte que eu”, acrescenta Alan.

São exemplos de sucesso como o de Pedro Pinheiro, 18, que os organizadores esperam repetir. No ano passado, ele foi aprovado para farmácia na UnB. “Com o Vestibular Cidadão, tive a chance que todo aluno quer para se preparar com qualidade. Apesar de passar o dia inteiro estudando e, às vezes, sacrificando o tempo com a família e os amigos, isso valeu a pena”, comenta.

O jovem saía cedo de casa, no Riacho Fundo 1, e só voltava à noite, após as aulas do cursinho. Prova de que a dedicação vale a pena, ele compartilha um conselho precioso para os futuros alunos do Vestibular Cidadão. “Peço que todos acreditem no seu potencial. O estudo pode nos levar para onde nós quisermos. Em algum momento, o caminho será difícil. Mas, a partir do momento em que nos esforçamos, podemos superar qualquer coisa. Muito mais do que o conteúdo das disciplinas, o Vestibular Cidadão me ensinou a ser persistente”, destaca.

Calendário

As inscrições para o Vestibular Cidadão podem ser feitas por meio do link www.vestibularcidadao.com/inscricao. Os interessados devem pagar uma taxa de R\$ 10. Das 120 vagas, 60 serão para aulas no turno vespertino e 60 para o noturno. A seleção compreenderá avaliação de conhecimentos, avaliação socioeconômica e entrevista com o participante. Confira as datas para o projeto do primeiro semestre deste ano:

- » 10/2 (até as 18h) - Data final para as inscrições
- » 16/2 - Prova de conhecimentos gerais
- » 23 e 24/2 - Entrevistas individuais
- » 8 e 9/3 - Período para efetivação da matrícula
- » 9/3 - Aula inaugural

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Avaliando a educação para melhorar a aprendizagem de todos

Estados que levaram mais a sério verificação de larga escala tiveram maiores progressos

Nos tempos de hoje, o óbvio parece precisar ser detalhadamente explicado. Então, vamos lá: por que sabemos que as crianças brasileiras não aprendem, como registram estudos como o “World Development Report” de 2018 do Banco Mundial?

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/claudia-costin/2019/01/avaliando-a-educacao-para-melhorar-a-aprendizagem-de-todos.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Gestão Doria quer reduzir avaliações de alunos e mudar bônus de professores

Desempenho será aferido a cada três meses e não mais bimestralmente

São Paulo

O novo secretário de Educação do estado de São Paulo, Rossieli Soares da Silva, quer reduzir o número de avaliações feitas por alunos durante o ano para dar mais tempo a aulas e alterar o sistema de bonificação por resultados na rede escolar, política central das sucessivas gestões do PSDB no governo paulista.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/01/gestao-doria-quer-reduzir-avaliacoes-de-alunos-e-mudar-bonus-de-professores.shtml>

topo ↕

O GLOBO - RJ - ANCELMO GOIS

S.O.S. universidade pública

Alunos de Engenharia Química da Uerj se mobilizaram para reabrir o laboratório de informática. É que, por falta de computadores, as aulas de linguagem de programação estavam sendo dadas só no quadro negro. Uma empresa do ramo de tecnologia e engenharia, a Radix, solidarizou-se e doou oito CPUs.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - EU&

Classe média alta brasileira estranha modelo escolar do país

A pedagoga Simone Christofoli, que foi professora de educação infantil no Santa Cruz e está em Lisboa fazendo mestrado, tem escutado queixas quanto ao atendimento. Para ela, as escolas caras no Brasil atendem demais aos desejos dos pais. "Na realidade europeia as escolas têm suas regras internas e flexibilizam muito menos do que no Brasil. Em Portugal há um texto nacional que define o conteúdo das escolas públicas e é igual para todo o mundo, com pouca abertura para realidades diferentes."

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/cultura/6069317/classe-media-alta-brasileira-estranha-modelo-escolar-do-pais>

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - JORNAL CIDADES

Brasil conta com quase sete mil cursos de pós-graduação

Sofia destaca que alunos com mestrado tendem a ser melhor remunerados

Um levantamento feito pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, fundação ligada ao Ministério da Educação (MEC), apontou que o Brasil conta com 6.867 cursos de pós-graduação avaliados e reconhecidos pelo MEC. O número compreende dados de 2017, publicados no ano passado, e traça um panorama de especializações, mestrados e doutorados e suas diversificações, oferecidos pelas instituições de ensino por todo o País.

A principal oferta de vagas é para o mestrado acadêmico, quando o ensino é mais voltado a formar um futuro pesquisador ou docente, seguido pelo doutorado e pelo mestrado profissional, com o enfoque maior às áreas de atuação específicas.

O **Capes** também avaliou esses cursos em notas que variam de 3 a 7. Conforme o estudo, a maioria das pós-graduações receberam nota 4 (2.579), seguida daquelas avaliadas com nota 3 (1.562). Apenas 376 cursos pesquisados receberam a nota máxima em qualidade. As áreas de Biologia, Química, Física e Ciência da Computação encabeçam aquelas com maior número de cursos com excelência.

No Estado, de acordo com a Plataforma Sucupira, que engloba os dados de todos os estados, são disponibilizados 679 cursos de mestrado e doutorado nas universidades. A maioria deles está concentrada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs). São 168 disponíveis, e, em 2018, foram 12.713 alunos matriculados. Para 2019, a Ufrgs lançará quatro novos cursos: mestrados em Estatística, em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento, e em Ciência da Informação, e doutorado em Assistência Farmacêutica. A instituição projeta 3,4 mil vagas para este ano.

Entre as universidades particulares, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Pucrs) estima 950 vagas disponíveis aos alunos para mestrado e doutorado neste ano. São, no total, 24 programas de pós-graduação, 24 cursos de mestrado e 22 de doutorado. Áreas como Direito, Letras e Ciência da Computação estão entre as mais procuradas. Entre as especializações, a Pucrs projeta 20 novos cursos para

implementação.

Já a Unisinos terá o seu primeiro doutorado profissional em 2019. O curso de Gestão em Negócios é pioneiro no Brasil e terá edital com a abertura de inscrições nos próximos meses. A universidade conta com 27 opções de mestrado e doutorado, além de um vasto portfólio de especializações. Além disso, alguns cursos são híbridos, com aulas presenciais e a distância, o que ajuda a flexibilizar horários e auxilia os alunos já no mercado de trabalho a continuarem os estudos.

Um outro estudo, chamado Mestres e Doutores, promovido pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), mostra que houve crescimento na oferta de vagas para mestrado e doutorado superior a 200% em 20 anos. O compilado também destaca que os cursos voltados à área da saúde são aqueles com maior número de adeptos da pós-graduação, sobretudo em função das residências médicas.

A coordenadora do estudo, Sofia Daher, explica que um dos diferenciais para seguir estudando após a graduação é a possibilidade de aumentar o salário, em virtude da maior qualificação. "Notamos que os alunos com mestrado ganham cerca de 83% a mais em comparação aos que somente terminaram a graduação. A cada nível de escolaridade adquirido há um reforço na remuneração", explica.

Já em relação aos doutores, ela salienta que 70% dos profissionais intitulados doutores estão ocupados, número considerado "alto e estável" pela coordenadora. Uma das formas de dirimir o impacto sobre o desemprego, na visão de Sofia, seria aumentar a oferta de bolsas de pós-graduação aos recém-formados. "Essas medidas contribuem para dar andamento às pesquisas e manter os recém-titulados nas atividades acadêmicas e de pesquisa, até que consigam colocações definitivas", conclui.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Ministro da Educação trabalhou em cursos mal avaliados e fechados pelo MEC Programas de pós em que Ricardo Vélez Rodríguez atuou receberam notas baixas do MEC

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, tem em seu currículo passagens por dois programas de pós-graduação (foi, inclusive, organizador de um deles) em filosofia mal avaliados pelo próprio MEC (Ministério da Educação) e que foram extintos. Em artigo publicado em 2009, ele atribuiu o fechamento de ambos a uma perseguição ideológica por parte da **Capex (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, fundação vinculada ao ministério, responsável pela avaliação dos cursos de mestrado e doutorado.

A avaliação da **Capex** considera aspectos como as condições de infraestrutura, a capacidade de pesquisa e formação e a produção intelectual dos programas de pós. O governo usa os resultados como parâmetro para definir os investimentos. Cursos que recebem notas baixas deixam de receber recursos e podem ser descredenciados pelo MEC, o que representa o fechamento.

Rodríguez orientou pesquisas e participou do programa de mestrado e doutorado em Pensamento Luso-Brasileiro, da Universidade Gama Filho, do Rio de Janeiro, e do programa de mestrado em Pensamento Brasileiro, da UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora-MG), do qual foi organizador.

De acordo com Rodríguez, os programas funcionaram até 1996 e 1997, respectivamente. No artigo "Quem Tem Medo da Filosofia Brasileira?", de dez anos atrás, o atual ministro disse que ambos caíram na "guilhotina ideológica oficial".

Os responsáveis pela perseguição seriam, segundo Vélez, funcionários do MEC ligados à AP (Ação Popular), organização de esquerda com origem católica. "Os artífices dessa façanha (ocorrida nas três últimas décadas do século passado) foram os burocratas da **Capes** no setor de filosofia, comandados pelo padre jesuíta Henrique Cláudio de Lima Vaz".

Vélez diz que ditadura cedeu cargos à esquerda e é contestado

Vélez atribuiu à ditadura militar (1964-1985), regime identificado como de direita, a nomeação de integrantes de um grupo de esquerda no MEC. "Os fatos são simples: no período em que o general Rubem Ludwig foi ministro da Educação, ainda no ciclo militar, os antigos ativistas da Ação Popular Marxista-Leninista receberam, à sombra do padre Vaz, a diretoria dos conselhos da **Capes** e do CNPq, na área mencionada".

Ao tentar explicar o possível motivo da entrada de representantes da esquerda em uma ditadura de direita, o atual ministro citou fatos históricos de forma imprecisa.

"Especula-se que o motivo da concessão fosse uma negociação política: eles prometiam abandonar a luta armada. A preocupação dos militares residia no fato de que foi esse o único agrupamento de extrema esquerda que não se organizou explicitamente em partido político", escreveu Vélez.

Especialista na história da ditadura militar e ex-coordenador da área de História na **Capes**, o professor Carlos Fico, da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), coloca em dúvida a versão de Vélez. "Há algum descompasso na cronologia do ministro. A ideia de que a AP abandonaria a luta armada em função do acordo é estapafúrdia porque já não existia luta armada. E ele não poderia ter feito acordo com a AP, que se dissolveu por iniciativa própria", avalia.

O general Ludwig foi ministro da Educação entre 1980 e 1982, e a luta armada havia terminado em meados dos anos 70. Além disso, a Ação Popular, que de fato teve o padre Vaz como ideólogo, não aderiu a esse tipo de luta. Participaram da AP figuras como o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, e o senador José Serra (PSDB-SP).

O historiador não acredita que a ditadura tenha feito acordo com uma organização esquerdista. "O general Ludwig era bastante rigoroso com a esquerda, como no episódio em que se recusou a reconhecer a UNE (União Nacional dos Estudantes) em plena abertura, e jamais faria acordo com ela."

Como o artigo voltou a circular recentemente, um grupo de intelectuais publicou no fim de 2018, já após a nomeação do ministro, um texto de desagravo ao padre Vaz. "Como um general faria tal negociação com um filósofo, professor e padre de orientação popular, e entregaria ao mesmo o controle ideológico de organismos tão importantes do Ministério da Educação? A versão é completamente absurda", diz o texto assinado por cerca de 250 pessoas. Entre elas, estão José Geraldo de Sousa Junior, ex-reitor da UnB; Otilia Arantes, livre docente da USP; Alcides Rodriguez Benoit, livre docente da

Unicamp; e Adriano Correia, professor da Universidade Federal de Goiás e presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia.

O atual coordenador da área de filosofia da **Capes**, Nythamar de Oliveira, professor da PUC-RS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), também diverge de Vélez. "Todos os rumores, ruídos e repercussões em torno de uma suposta ligação do padre Henrique Vaz com o então diretor-geral da **Capes** e com setores de esquerda que teriam se infiltrado no MEC ou na **Capes** não passam de vãs elucubrações sem quaisquer embasamentos nos fatos históricos", afirma.

Crítica ao ministro e defesa da **Capes**

Além de defender o legado intelectual de Vaz, os responsáveis pelo desagravo ao padre Vaz fazem críticas à atividade acadêmica do novo ministro. "O sr. Vélez Rodriguez possui em sua produção teórica artigos claramente ideológicos e tendenciosos, bastante afastados de temas propriamente acadêmicos e filosóficos. (...) a grande parte de sua imensa bibliografia constitui-se de artigos de jornal ou de publicações em revistas sem valor acadêmico".

Nythamar de Oliveira, que não assinou o desagravo, rejeita a possibilidade de uso de critérios ideológicos nas avaliações feitas pelas **Capes**. "Todos os processos avaliativos da **Capes** que resultaram no fechamento de programas de pós-graduação seguiam critérios estritamente acadêmicos, técnicos e de avaliação realizada por pares -- e os cursos de pós em filosofia da Gama Filho e da UFJF não foram nenhuma exceção", argumenta.

Carlos Fico também defende o trabalho desenvolvido pela fundação. "A avaliação é conduzida por equipes que, muito dificilmente, serão afinadas em termos teóricos ou ideológicos. Depois disso, ela é submetida ao conselho técnico-científico para revisão. O descredenciamento de programas não é feito pelo corpo técnico da **Capes**, mas recomendado pela equipe de avaliação composta por professores pesquisadores altamente qualificados".

Racha na filosofia

O diretor da **Capes** na gestão de Ludwig, Cláudio de Moura Castro, não foi localizado pela reportagem. Em artigo publicado em 2006 sobre as memórias da passagem no comando da fundação, ele não citou negociações com a Ação Popular nem a influência do padre Vaz. Mas em um breve trecho apontou que "a filosofia estava dilacerada em uma controvérsia com o movimento da filosofia brasileira", ao qual Vélez se integrou.

"A meu ver, este seria o ponto nevrálgico de todos os mal-entendidos e a origem de várias controvérsias que ligam de maneira errônea o padre Vaz a movimentos esquerdistas no MEC ou na **Capes**, quando, na verdade, o padre foi processado pelo regime militar", analisa Nythamar de Oliveira.

"Houve nos anos 1990 certo desconforto da parte de algumas personalidades da área com relação aos profissionais que se dedicavam, como o professor Vélez, ao estudo da nossa cultura filosófica. Isso pode ter ocorrido por questões pessoais, de orientação política ou até mesmo por convicções quanto ao papel e à natureza da investigação filosófica. Mas nada disso autoriza a disseminação de rumores ou comentários difamatórios sobre pensadores como Vaz", afirma sobre as divergências entre grupos de

filósofos.

MEC não se pronuncia

O UOL procurou o MEC desde a última segunda-feira (14), por telefone e email, para que o ministro se manifestasse sobre as críticas e dissesse se mantém as afirmações feitas nos artigos, mas não obteve resposta até esta quinta (17).

Procurada pela reportagem para informar os resultados das avaliações que levaram ao fechamento, na década de 1990, dos programas nos quais Vélez trabalhou, a **Capes** também não se manifestou até as 17h desta quinta-feira.

Dois citados pelo ministro já estavam mortos na época em que o ministro publicou o artigo. Apontado como responsável pela negociação de cargos no MEC durante a ditadura, o general Ludwig morreu em 1989, aos 63 anos. Padre Vaz, filósofo e teólogo, morreu em 2002, aos 80 anos.

O UOL também manteve contato com Abilio Afonso Baeta Neves, que presidiu a **Capes** durante a gestão Michel Temer (MDB) e o governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), período em que os programas defendidos por Vélez foram fechados, mas até o fechamento desta reportagem ele não havia comentado o caso.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Aluno pobre tem só 0,16% de chance de estar entre os melhores do Enem
Entre os estudantes com nível socioeconômico maior, a possibilidade de estar no grupo com as notas mais altas é de 25%. Dos 293 candidatos pobres com excelente resultado, mais da metade (154) estudou em escolas da rede pública do Ceará
Somente um pequeno grupo de 293 alunos brasileiros que estudaram em condições extremamente desfavoráveis conseguiu ter nota no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2017 equivalente à da elite dos colégios do País. Apesar de pobres e em escolas com infraestrutura precária, esses jovens contrariam as estatísticas, que mostram que o desempenho educacional está quase sempre relacionado às condições em que o aluno vive e estuda. Pelos dados, o aluno pobre tem só 0,16% de chances de estar entre as melhores notas do Enem.

O peso desses fatores socioeconômicos é de até 85% no resultado de quem presta o Enem – principal porta de entrada no ensino superior público e privado do País. Levantamento feito pelo cientista de dados e mestre em Economia do Setor Público pela Universidade de Brasília (UnB) Leonardo Sales cruzou dados de 1,3 milhão de candidatos cujas notas estavam disponíveis. Naquela edição, cerca de 4,6 milhões de alunos prestaram o teste.

Para fazer o cálculo, contou-se um “ponto” para cada condição geralmente relacionada a um baixo desempenho para a nota. São elas: cursar o ensino médio em colégio municipal ou estadual, não ter carro, computador, acesso à internet nem telefone fixo, ter frequentado escola com pouca infraestrutura (como baixo número de funcionários ou poucos equipamentos multimídia) e renda familiar inferior a R\$ 312 por pessoa (equivalente a um terço do salário mínimo naquele ano).

No total, 176,9 mil candidatos do Enem daquele ano somaram dez pontos – estavam associados a todas essas condições adversas de uma só vez. Apenas 293 tiveram

pontuação suficiente para entrar no grupo dos alunos mais favorecidos – o extremo oposto, sem preencher nenhum dos dez requisitos de vulnerabilidade socioeconômica. Significa que o aluno pobre tem apenas uma chance em 600 (0,16%) de ficar entre as 5% melhores notas. E, desse total de estudantes no topo, só 0,4% são desse estrato mais pobre.

Para entrar no grupo dos melhores, o desempenho necessário era de 659,5 pontos (de mil possíveis) na média das provas objetivas (Linguagens, Matemática, Ciências Humanas e da Natureza). Além de 180 questões dessas áreas, o exame cobra uma redação. Levantamento com notas do Enem anterior mostra tendência semelhante.

Quem são. Mais da metade desses alunos (154) é do Ceará, cujo ensino público se tornou referência após ter desenvolvido programas voltados para a alfabetização na última década. No ensino médio, a rede cearense é a quarta melhor do País, junto de São Paulo e Rondônia, como mostra o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 2017 (mais recente), principal indicador federal de qualidade na área.

Mas, afinal, o que mais une os perfis desses alunos? O Estado foi atrás das histórias de quatro desses jovens (leia mais nesta página). De origem pobre, eles contaram com o esforço dos pais para dedicarem dia e noite aos estudos – às vezes com uma brecha para estágio. Com o objetivo de contornar dificuldades, usaram todo tipo de estratégia: videoaulas na internet, computador emprestado da prima e idas à biblioteca pública para revisar a matéria. Em alguns casos, a condição socioeconômica pode até não pesar na nota, mas atrapalha a escolha do curso desejado.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

MEC apoiará uso do Exército para administrar escolas municipais, diz ministro Segundo ministro da educação, gestão ficaria a cargo das PMs ou Exército

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, afirmou nesta quinta-feira (17) que a sua pasta apoiará prefeituras interessadas em militarizar a administração de escolas municipais, que ficariam a cargo de PMs ou do Exército.

À Folha, Vélez disse que a experiência tem sido bem-sucedida em Goiás, onde cerca de 50 escolas estaduais são administradas pela PM, que implantou uma disciplina parecida à de quartéis e uniformes militares.

“Em comunidades que pedem apoio administrativo da Polícia Militar, o corpo docente continua o mesmo, a administração acadêmica continua a mesma, e o feedback nas comunidades é positivo. As pessoas, as crianças gostam disso, se sentem confortáveis”, afirmou o ministro, durante visita a Boa Vista para conhecer abrigos para imigrantes venezuelanos.

“Na medida em que as escolas municipais pedirem auxílio, as polícias ou as Forças Armadas da respectiva localidade respondem, e o Ministério dá apoio”, disse.

Vélez afirma que, em regiões mais pobres, esse modelo pode ser implantado por meio do Exército. “Aqui na Amazônia, a presença do Exército tem sido mais firme. Os estados mais pobres não têm capacidade de deslocar a polícia. Mas, em outros estados, como Goiás, tem sido a polícia.”

Questionado se o assunto já havia sido discutido com o presidente Jair Bolsonaro (PSL), o ministro respondeu: “A proposta é a seguinte: menos Brasília, mais Brasil. Atender o cidadão do estado e do município. Na medida em que houver pedido, a gente atende.”

A militarização de escolas é uma promessa de campanha de Bolsonaro, que chegou a prometer que haverá ao menos uma para cada estado.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Enem 2018: resultado é divulgado pelo Inep

Resultado dos treineiros só será divulgado no dia 18 de março.

As notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2018 foram divulgadas na manhã desta sexta-feira (18). Para acessar, os candidatos que fizeram o exame devem entrar na Página do Participante (<https://enem.inep.gov.br/participante/>), incluir o CPF e a senha cadastrada. A nota do Enem só pode ser consultada individualmente.

De acordo com o Inep, o resultado dos treineiros e o espelho da redação estarão disponíveis no dia 18 de março.

Sisu

Com a nota do Enem Com a nota do Enem 2018, os candidatos podem se inscrever no Sistema de Seleção Unificada (Sisu) 2019. O prazo começa na próxima terça (22) e encerra na sexta-feira (25). A inscrição é feita pelo site do programa:

<http://sisu.mec.gov.br/>.

Neste primeiro semestre, serão ofertadas 235.476 vagas em 129 instituições de todo o país. No site do Sisu é possível escolher duas opções de curso. Quem teve melhor pontuação no Enem tem mais chances de conquistar a vaga.

Calendário do Sisu 1º semestre de 2019

Inscrições: 22/1 a 25/1

1ª chamada: 28/1

Matrículas da 1ª chamada: 30/1 a 4/2

Inscrição na lista de espera: 28/1 a 4/2

Convocações de outras chamadas: a partir de 7/2

Além do Sisu, as notas do Enem podem ser usadas pelos candidatos no Programa Universidade para Todos (ProUni), Financiamento Estudantil (Fies), e em 37 universidades de Portugal.

Confira as universidades portuguesas que aceitam notas do Enem
Veja as regras para participar do Fies

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), o Enem é a segunda maior prova do tipo no mundo, só perdendo para o "gao kao", prova de admissão ao ensino superior da China, com 9 milhões de candidatos.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Governo anula nomeação de diretor do Inep responsável pelo Enem

Murilo Resende Ferreira chefiaria a Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb) do Inep, que coordena a elaboração das provas do Enem.

O governo federal anulou a nomeação de Murilo Resende Ferreira do cargo de diretor de Avaliação da Educação Básica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A decisão foi publicada na edição desta sexta-feira (18) do "Diário Oficial da União".

A Daeb é a diretoria do Inep que coordena o processo de elaboração de provas como o Enem

Em uma portaria na qual nomeou os novos ocupantes a cargos no Ministério da Educação, o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, decidiu "tornar sem efeito" a nomeação de Resende, que havia sido feita dois dias antes, na quarta-feira (16).

Entenda como é feito o Enem

O Enem é realizado pelo Inep, uma autarquia do Ministério da Educação, desde 1998. Em 2009, ele se transformou em um exame para ser usado como acesso ao ensino superior. Mas usa uma metodologia diferente dos vestibulares tradicionais e, por isso, as questões não são todas elaboradas por uma mesma equipe: são retiradas de um banco de itens com milhares de questões já feitas durante vários anos por muitos professores.

Todos os anos, um grupo menor do Inep, formado por servidores da Daeb, seleciona as questões para elaborar três versões diferentes da prova. Duas delas são aplicadas todos os anos: a primeira aplicação regular é aplicada em dois domingos seguidos, geralmente no início de novembro. Em 2018, ela teve 5,5 milhões de inscritos.

Uma segunda é aplicada algumas semanas depois para presos, e uma terceira fica como "reserva", para o caso de algum imprevisto.

topo 

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Governo recua e anula nomeação controversa para dirigir o Enem Indicação para o cargo gerou polêmicas. Ligado a Olavo de Carvalho, o economista Murilo Resende não tem experiência com educação básica

São Paulo – O ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, tornou sem efeito nesta quinta-feira, 17, a portaria publicada na véspera que indicou o doutor em Economia Murilo Resende Ferreira à diretoria do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) responsável pela gestão do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

A decisão que destituiu Ferreira do cargo de diretor de Avaliação da Educação Básica do Inep foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União, publicada na noite desta quinta. No texto, o ministro da Casa Civil não explica o motivo da dispensa do economista.

A indicação de Ferreira para o cargo provocou controvérsia desde que foi anunciada, no início do ano. Ligado ao guru bolsonarista Olavo de Carvalho, o economista não tem experiência com educação básica, foi acusado de plagiar um texto acadêmico e teve posições homofóbicas reveladas em antigas publicações em redes sociais. Ferreira também já chamou professores de "manipuladores" e de "gente que não quer estudar".

topo 

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

ProUni 2019: inscrições serão abertas a partir do próximo dia 29

As inscrições para o Programa Universidade para Todos (ProUni), que oferece bolsas de estudo integrais e parciais em instituições de ensino superior privadas, serão abertas no próximo dia 29 e vão se estender até as 23h59 do dia 1º de fevereiro.

O processo seletivo para o ProUni é para o primeiro semestre de 2019 e tem como foco estudantes egressos do ensino médio na rede pública ou de escolas particulares caso tenham sido bolsistas integrais, pessoas com deficiência e professores da rede pública. O candidato também precisa ter renda familiar per capita de até três salários mínimos.

Ter realizado a última edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e não ter diploma de ensino superior são outros requisitos para participar do ProUni. As inscrições devem ser feitas pelo site do programa do Ministério da Educação (MEC).

Para ter bolsa integral do ProUni, o candidato deve ter renda familiar per capita de até 1,5 salário mínimo. As parciais (50%) são voltadas para quem tem renda familiar per capita de até três salários mínimos.

O ProUni foi criado em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele ocorre uma vez por semestre e, de acordo com o MEC, foram ofertadas 242.987 bolsas, no primeiro semestre, e 174.289, no segundo semestre, no ano passado.

O MEC informa que, desde sua criação até o processo seletivo do segundo semestre de 2018, mais de 2,4 milhões de estudantes já foram atendidos pelo programa, dos quais 69% foram com bolsas integrais. O número de bolsas disponíveis para o primeiro semestre deste ano ainda será divulgado.

Ao se inscrever no ProUni, o estudante deve informar o número de inscrição na edição de 2018 do Enem e a senha cadastrada no exame, e-mail e telefone atualizados, além de seus dados cadastrais e referentes ao seu grupo familiar. Também deve indicar, em ordem de preferência, opções de instituição, local de oferta, curso, turno e tipo de bolsa.

Chamadas

Serão feitas duas chamadas do ProUni e os resultados serão divulgados nos dias 4 e 18 de fevereiro. Os aprovados na primeira chamada terão de se apresentar nas faculdades para comprovar informações e prestar processo seletivo próprio da unidade, caso a entidade tenha, entre os dias 4 e 12 de fevereiro. Para a segunda chamada, o prazo será de 18 a 25 de fevereiro.

O registro de aprovação ou reprovação no Sistema Informatizado do Prouni (Sisprouni), assim como a emissão dos termos de concessão ou reprovação de bolsa serão feitos pelas instituições de ensino superior entre os dias 4 e 15 de fevereiro, para a primeira chamada, e 18 de fevereiro a 1º de março, para a segunda.

Espera

Os candidatos também podem participar da lista de espera do ProUni, mas precisam se cadastrar no site do programa nos dias 7 e 8 de março. As faculdades terão como acessar a lista no dia 11 de março e os estudantes que se inscreverem devem se apresentar nas instituições nos dias 11 e 12 de março. O registro de aprovados e reprovados para a lista de espera do ProUni será realizado no período de 14 a 21 de março.

Nota

O MEC estabelece que a nota mínima para participar no ProUni é de 450 pontos na média aritmética das notas obtidas nas provas do Enem. O cálculo é feito a partir da soma das notas das cinco provas do exame e, depois, dividindo por cinco. Outra exigência é que a nota da Redação deve ser maior do que zero.

SAIBA MAIS

Qual a diferença entre ProUni e Sisu?

O ProUni oferece bolsas de estudos em instituições privadas de educação superior e tem como foco estudantes brasileiros sem diploma de nível superior e com renda de até três salários mínimos. O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) é o sistema informatizado, gerenciado pelo MEC, por meio do qual as instituições públicas de educação superior participantes selecionam novos estudantes exclusivamente pela nota do Enem.

Quem se inscreve no Sisu pode participar do ProUni?

Desde que se enquadrem nas regras específicas do ProUni, é possível. No entanto, se for selecionado pelo ProUni, deverá optar pela vaga do Sisu ou pela bolsa do programa, pois o bolsista não pode utilizar uma bolsa do programa e estar em instituição de ensino superior pública e gratuita.

Qual a nota mínima do ProUni?

O Ministério da Educação estabelece que a nota mínima para participar no ProUni é de 450 pontos na média aritmética das notas obtidas nas provas do Enem

Quais são os critérios de desempate?

Leva em consideração a maior nota das seguintes provas: Redação; Linguagens, Códigos e Suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias.

O que ocorre se o estudante que vai receber 50% da bolsa não puder pagar a mensalidade?

O bolsista parcial poderá utilizar o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) para a parte da mensalidade não coberta pela bolsa. Não será necessário apresentar fiador para contratar o financiamento.

[topo](#)

R7 - TEMPO REAL

Notas individuais do Enem serão divulgadas nesta sexta-feira

Resultados serão liberados pelo Inep diretamente na Página do Participante ou no aplicativo oficial do Enem 2018

Os mais de 4 milhões de estudantes que realizaram as provas do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) no ano passado poderão ter acesso aos resultados individuais das provas nesta sexta-feira (18).

O horário da divulgação não foi revelado pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), que recomenda o acompanhamento das páginas do órgão nas redes sociais.

Para consultar as notas que obteve no exame, os estudantes poderão acessar a Página do Participante, pela internet, ou utilizar o aplicativo oficial do Enem 2018. A consulta exige login com CPF e senha.

A prova do Enem tem cinco notas: uma para cada área de conhecimento avaliada (Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Linguagens e Matemática) e a redação.

Para o cálculo das médias em cada uma das quatro áreas, é utilizada uma metodologia chamada de TRI (Teoria de Resposta ao Item), que não estabelece um valor determinado para cada questão, a partir do comportamento observado em testes. Sendo assim, questão mais fáceis com grande quantidade de acertos, tendem a ter um valor menor na composição da nota.

As notas do Enem 2018 podem ser utilizados como forma única, alternativa ou complementar para ingressar no ensino superior. De acordo com o Inep, a utilização dos resultados individuais para fins de seleção, classificação ou premiação não é de responsabilidade do instituto.

Senha

O Inep orienta que os participantes que não se lembram da senha cadastrada no sistema do Enem façam o processo de recuperação com antecedência para conseguirem acessar as notas assim que elas forem liberadas.

A senha de acesso do Enem é a mesma utilizada para inscrição nos programas de acesso e financiamento da educação do MEC (Ministério da Educação), tais como o Sisu (Sistema de Seleção Unificada), Prouni (Programa Universidade para Todos) e Fies (Fundo de Financiamento Estudantil).

Nada que estudei caiu, chutei 80% da prova, diz candidata do Enem

Quem esqueceu a senha, poderá fazer a recuperação diretamente na Página do Participante. Para isso, basta clicar no botão “esqu

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Governo recua e suspende nomeação de diretor controverso para comandar Enem

O governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL) recuou e decidiu, na noite desta quinta-feira (17), suspender a nomeação do economista Murilo Resende Ferreira para assumir a coordenação do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio).

A nomeação havia sido publicada em edição extra do Diário Oficial da União na noite de quarta-feira (16) por meio de uma portaria assinada pelo ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni.

Na noite desta quinta, também em edição extra do Diário Oficial, Lorenzoni assinou outra portaria indicando que decidiu tornar "sem efeito" a nomeação de Ferreira, sem dizer o porquê da sua escolha.

O economista ocuparia o cargo de diretor de avaliação da educação básica do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira).

Defensor das ideias do programa Escola Sem Partido e crítico do que classifica como "ideologia de gênero", Ferreira chegou a chamar os professores brasileiros de "manipuladores" que não querem "estudar de verdade" ao participar de uma audiência pública do MPF-GO (Ministério Público Federal de Goiás) em 2016.

Ferreira foi integrante do MBL (Movimento Brasil Livre), um dos principais grupos que foram às ruas para pedir o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT). Segundo Alan Santos, um dos líderes do MBL, Ferreira foi expulso do grupo.

"Um maluco completo. Foi do MBL de Goiás. Expulso, vivia xingando a gente por lutarmos pelo impeachment... Lunático, conspiratório, fora da realidade", disse Santos em postagem no Twitter. Em nota enviada ao jornal "O Globo", Ferreira disse ter deixado o MBL devido a "divergências insanáveis".

A indicação do nome de Ferreira para o posto gerou controvérsias. Daniel Cara, coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, afirmou que a nomeação do economista demonstrava compromisso com uma visão de que o Enem seria um instrumento de "doutrinação".

Doutor em economia pela FGV (Fundação Getúlio Vargas), Ferreira foi aluno do curso online de filosofia de Olavo de Carvalho, figura conhecida da ala conservadora e uma das pessoas de influência no governo Bolsonaro.

Seu currículo não aponta nenhuma experiência na área de educação básica. Em seu blog, o economista descreveu a si mesmo como "estudioso do marxismo e do movimento revolucionário desde 2003".

Ferreira havia sido nomeado para o cargo responsável pela coordenação do Enem antes mesmo da nomeação do novo presidente do Inep -posto que está vago desde a última segunda-feira (14), quando Maria Inês Fini foi exonerada. A movimentação foi vista com estranheza por funcionários do Inep.

Apesar de o engenheiro Marcus Vinícius Rodrigues ser cotado para o posto, há rumores de que a demora para publicação da nomeação no Diário Oficial demonstre que a equipe de Bolsonaro esteja com dificuldades em oficializar um nome.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

ProUni 2019: inscrições serão abertas a partir do próximo dia 29

As inscrições para o Programa Universidade para Todos (ProUni), que oferece bolsas de estudo integrais e parciais em instituições de ensino superior privadas, serão abertas no próximo dia 29 e vão se estender até as 23h59 do dia 1º de fevereiro.

O processo seletivo para o ProUni é para o primeiro semestre de 2019 e tem como foco estudantes egressos do ensino médio na rede pública ou de escolas particulares caso tenham sido bolsistas integrais, pessoas com deficiência e professores da rede pública. O candidato também precisa ter renda familiar per capita de até três salários mínimos.

Ter realizado a última edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e não ter diploma de ensino superior são outros requisitos para participar do ProUni. As inscrições devem ser feitas pelo site do programa do Ministério da Educação (MEC).

Para ter bolsa integral do ProUni, o candidato deve ter renda familiar per capita de até 1,5 salário mínimo. As parciais (50%) são voltadas para quem tem renda familiar per capita de até três salários mínimos.

O ProUni foi criado em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele ocorre uma vez por semestre e, de acordo com o MEC, foram ofertadas 242.987 bolsas, no primeiro semestre, e 174.289, no segundo semestre, no ano passado.

O MEC informa que, desde sua criação até o processo seletivo do segundo semestre de 2018, mais de 2,4 milhões de estudantes já foram atendidos pelo programa, dos quais 69% foram com bolsas integrais. O número de bolsas disponíveis para o primeiro semestre deste ano ainda será divulgado.

Ao se inscrever no ProUni, o estudante deve informar o número de inscrição na edição de 2018 do Enem e a senha cadastrada no exame, e-mail e telefone atualizados, além de seus dados cadastrais e referentes ao seu grupo familiar. Também deve indicar, em ordem de preferência, opções de instituição, local de oferta, curso, turno e tipo de bolsa. Chamadas

Serão feitas duas chamadas do ProUni e os resultados serão divulgados nos dias 4 e 18 de fevereiro. Os aprovados na primeira chamada terão de se apresentar nas faculdades para comprovar informações e prestar processo seletivo próprio da unidade, caso a entidade tenha, entre os dias 4 e 12 de fevereiro. Para a segunda chamada, o prazo será de 18 a 25 de fevereiro.

O registro de aprovação ou reprovação no Sistema Informatizado do Prouni (Sisprouni), assim como a emissão dos termos de concessão ou reprovação de bolsa serão feitos pelas instituições de ensino superior entre os dias 4 e 15 de fevereiro, para a primeira chamada, e 18 de fevereiro a 1º de março, para a segunda.

Espera

Os candidatos também podem participar da lista de espera do ProUni, mas precisam se cadastrar no site do programa nos dias 7 e 8 de março. As faculdades terão como acessar a lista no dia 11 de março e os estudantes que se inscreverem devem se apresentar nas instituições nos dias 11 e 12 de março. O registro de aprovados e reprovados para a lista de espera do ProUni será realizado no período de 14 a 21 de

março.

Nota

O MEC estabelece que a nota mínima para participar no ProUni é de 450 pontos na média aritmética das notas obtidas nas provas do Enem. O cálculo é feito a partir da soma das notas das cinco provas do exame e, depois, dividindo por cinco. Outra exigência é que a nota da Redação deve ser maior do que zero.

Qual a diferença entre ProUni e Sisu?

O ProUni oferece bolsas de estudos em instituições privadas de educação superior e tem como foco estudantes brasileiros sem diploma de nível superior e com renda de até três salários mínimos. O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) é o sistema informatizado, gerenciado pelo MEC, por meio do qual as instituições públicas de educação superior participantes selecionam novos estudantes exclusivamente pela nota do Enem.

Quem se inscreve no Sisu pode participar do ProUni?

Desde que se enquadrem nas regras específicas do ProUni, é possível. No entanto, se for selecionado pelo ProUni, deverá optar pela vaga do Sisu ou pela bolsa do programa, pois o bolsista não pode utilizar uma bolsa do programa e estar em instituição de ensino superior pública e gratuita.

Qual a nota mínima do ProUni?

O Ministério da Educação estabelece que a nota mínima para participar no ProUni é de 450 pontos na média aritmética das notas obtidas nas provas do Enem

Quais são os critérios de desempate?

Leva em consideração a maior nota das seguintes provas: Redação; Linguagens, Códigos e Suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias.

O que ocorre se o estudante que vai receber 50% da bolsa não puder pagar a mensalidade?

O bolsista parcial poderá utilizar o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) para a parte da mensalidade não coberta pela bolsa. Não será necessário apresentar fiador para contratar o financiamento.

[topo](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Simulador do SiSU 2019 é lançado pelo MEC

Participantes do Enem 2018 podem simular chances de aprovação no SiSU do primeiro semestre. Por Adriano Lesme

Um simulador de notas do Enem para o Sistema de Seleção Unificada (SiSU) foi lançado nesta quinta-feira, 17 de janeiro, pelo Ministério da Educação (MEC). As inscrições para o SiSU 2019/1 abrem na próxima terça-feira, dia 22.

Acesse o Simulador do SiSU

Na nova ferramenta, os candidatos poderão informar suas notas do Enem 2018, cujo resultado sai nesta sexta-feira (18), e o simulador calcula automaticamente a média no exame, levando em consideração os pesos de cada curso. O simulador também informa a nota de corte de edições anteriores do SiSU.

Além das notas do Enem, os estudantes podem indicar a região ou estado onde está localizada a instituição pretendida, os cursos e se pretendem concorrer pela ampla concorrência ou sistema de cotas. Nas instituições federais, metade das vagas é reservada para quem estudou todo o ensino médio em escolas públicas.

Entenda a Lei de Cotas

O SiSU 2019 vai oferecer 235.476 vagas em 129 instituições públicas de todo o país, no primeiro semestre. As inscrições poderão ser feitas entre os dias 22 e 25 de janeiro, pelo site sisu.mec.gov.br. Somente estudantes que fizeram as provas do Enem 2018 e não tiraram zero na redação poderão se inscrever.

O resultado do SiSU 2019/1 será divulgado no dia 28 de janeiro, e os aprovados poderão efetuar matrícula entre os dias 30 de janeiro e 4 de fevereiro. A matrícula será presencial nas próprias faculdades.

Entre os dias 28 de janeiro e 4 de fevereiro, os candidatos não aprovados em nenhuma opção de curso poderão manifestar interesse na lista de espera do SiSU. A partir do dia 7 de fevereiro, as instituições participantes do SiSU usarão a lista de espera para convocarem novos candidatos.

A CRÍTICA - AM - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Doutorado em Administração no Ciesa está nos últimos dias de inscrições

O curso que é uma parceria com a Universidade de Fortaleza (Unifor) e disponibiliza 20 vagas com inscrições abertas até o dia 25 de janeiro.

Oferecido pela primeira vez no Amazonas, o curso de Doutorado em Administração, está com os últimos dias para a realização das inscrições. O curso que é uma parceria entre o Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (Ciesa) e a Universidade de Fortaleza (Unifor), disponibiliza 20 vagas com inscrições abertas até o dia 25 de janeiro.

Para a coordenadora de pós-graduação do Ciesa, Solange Holanda, a parceria está alinhada ao investimento em profissionais qualificados no Amazonas “O nosso Estado ainda tem um déficit muito grande de doutores e nós como instituição temos essa visão de contribuir para o crescimento profissional das pessoas e da região”, ressaltou.

Serão duas etapas no a primeira, homologação dos documentos e a segunda, entrevista individual que ocorre nos dias 7 e 8 de fevereiro. A divulgação do resultado final será no dia 15 do mesmo mês, no site www.posgradciesa.com.br e afixado no Departamento de Pós-graduação do Ciesa (Bloco D – 1ª andar).

De acordo com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Capes), no mapa de mestres e doutores do país os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, na região Sudeste, concentraram quase 60% dos títulos de pós-graduação Lato Sensu em 2014, dois anos depois o número diminuiu, mas o Norte continuou representando apenas 11% dos titulados em relação ao Sudeste, tendo pouco mais de sete mil formados.

topo ↕

FOLHA DIFERENCIADA - TEMPO REAL

Brasil: o desenvolvimento interdito - João P. Romero

Ao adotar uma estratégia de desenvolvimento completamente baseada no mercado, abrindo mão de políticas e investimentos públicos voltados para motivar

a pesquisa, a inovação e a produção de bens de alta tecnologia, o Brasil tem caminhado em direção oposta às estratégias adotadas pela União Europeia, a China, os Estados Unidos, entre outros países.

Ao adotar uma estratégia de desenvolvimento completamente baseada no mercado, abrindo mão de políticas e investimentos públicos voltados para motivar a pesquisa, a inovação e a produção de bens de alta tecnologia, o Brasil tem caminhado em direção oposta às estratégias adotadas pela União Europeia, a China, os Estados Unidos, entre outros países.

O reconhecimento da importância da atividade de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e da inovação para o desenvolvimento é um dos raros consensos em economia. Embora haja discordância a respeito dos fatores que determinam o nível de P&D em cada país, há evidências robustas a respeito do impacto positivo da intensidade de pesquisa (P&D em relação ao PIB) sobre o crescimento da produtividade. Além disso, há também amplas evidências a respeito do papel crucial da competitividade tecnológica na performance de cada país no comércio internacional (<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/caje.12125>). Dessa forma, o que se observa é que países desenvolvidos em geral têm maior intensidade de pesquisa que países subdesenvolvidos, apresentando também melhor desempenho comercial. Enquanto países como EUA, Alemanha e Japão investem em torno de 3% do PIB em P&D, Argentina, Índia e África do Sul, por outro lado, investem menos de 1%.

Para elevar a intensidade de pesquisa, contudo, é preciso construir um amplo arranjo institucional voltado para esse objetivo. Dentre os inúmeros fatores que colaboram para a pesquisa e a inovação, alguns merecem ser destacados. Em primeiro lugar, é preciso que haja investimento em educação superior para que o país possua pessoal qualificado para a realização de pesquisa. Em segundo lugar, é preciso manter o crescimento da demanda, uma vez que estudos indicam que a pesquisa responde positivamente ao crescimento da demanda. Afinal, quanto maior o tamanho do mercado, maiores os lucros a serem obtidos através de inovações. Em terceiro lugar, é preciso que exista um aparato de proteção dos direitos de propriedade do inovador, garantindo a ele os benefícios da inovação gerada. Em quarto lugar, é preciso que existam instituições voltadas ao financiamento da pesquisa, em função das particularidades dessa atividade (maior incerteza, risco, e prazo de maturação). Em quinto lugar, mas não menos importante, é preciso que existam empresas e empreendedores interessadas em realizar pesquisa e inovar.

Nesse sentido, é importante destacar que algumas indústrias são mais propensas a realizar pesquisa e a inovar do que outras. Desde 1997 a OCDE classifica diferentes indústrias segundo sua intensidade de pesquisa. Essa classificação, hoje amplamente utilizada, mostra que as indústrias com maior intensidade de pesquisa, classificadas como de alta tecnologia, são as indústrias aeroespacial, farmacêutica, química, eletrônica, de telecomunicações, de instrumentos científicos, de máquinas e de armamentos. Vale notar que tais indústrias se encontram na ponta das cadeias globais de valor, produzindo bens com elevado valor agregado. Dessa forma, para um país elevar sua intensidade de pesquisa, é crucial que incentive o desenvolvimento de indústrias com elevada intensidade de pesquisa. Afinal, é evidente que, em média, a quantidade de pesquisa realizada numa empresa que produz sapatos é muito inferior à quantidade de pesquisa realizada por uma empresa que produz aviões. Além disso, é importante destacar que diversos estudos indicam que as indústrias de maior intensidade de

pesquisa são também as que apresentam maiores taxas de crescimento da demanda, o que estimula maiores taxas de crescimento da produção, da inovação e da produtividade (<https://academic.oup.com/cje/article-abstract/41/2/391/2625401?redirectedFrom=fulltext>).

A partir desses dados, observa-se também uma relação positiva entre a exportação de bens de alta tecnologia e o nível de renda atingido por cada país. Em países altamente desenvolvidos, a participação dos bens de alta tecnologia na pauta de exportações é em geral elevada. Nos Estados Unidos a exportação de bens de alta tecnologia representou 20% dos manufaturados exportados em 2016. Na Alemanha, a participação desses bens foi de 17%. Na Espanha, que tem um menor nível de desenvolvimento, essa participação foi de somente 7% em 2016.

A aquisição de competitividade em setores de alta tecnologia, contudo, é extremamente difícil. As indústrias de alta tecnologia não só requerem um elevado nível de conhecimento científico e P&D, mas em geral dependem de inúmeras ligações com outras indústrias de ponta. Além disso, a produção de bens de alta tecnologia muitas vezes requer elevada escala de produção, dificultando a entrada de novos competidores. Acima de tudo, esses custos de entrada tendem a se elevar com o tempo, à medida que a ciência e as técnicas de produção avançam. É exatamente em função dessas dificuldades que países subdesenvolvidos tem dificuldade de aumentar sua produção nesse setor, prejudicando assim seu processo de desenvolvimento produtivo.

Não bastassem todas as dificuldades mencionadas acima, com o avanço da produção chinesa nas indústrias de alta tecnologia a competição nesse setor se tornou ainda mais acirrada. A China mantém uma política industrial extremamente ativa e planejada, com estratégias de diversificação bem delineadas e planos de ação bem estruturados. Seus mais de 100 parques tecnológicos (ou cidades industriais) são divididos em setores e níveis. Empresas da área de biotecnologia, por exemplo, compartilham laboratórios e quando atingem determinado nível de produtividade são transferidas para parques de nível superior para usufruírem de transbordamentos de conhecimento das firmas de maior produtividade e assim sucessivamente. Como resultado de sua ampla política industrial e tecnológica, o país observou um impressionante crescimento das exportações de alta tecnologia nas últimas décadas. Em 1992 as exportações de alta tecnologia representavam somente 6,4% do total de manufaturados exportados pelo país. Essa participação atinge 30,8% em 2005, e cai para 25,2% em 2016. Esses dados demonstram que o elevado crescimento chinês tem sido associado a fortes mudanças na estrutura produtiva do país, o que tem viabilizado seu crescimento continuado.

Estratégias bem elaboradas e coordenadas de diversificação produtiva são cruciais para atingir e manter níveis elevados de renda per capita. Atentos a isso, diversos países tem reestruturado e ampliado suas políticas industriais. Como mostra Mariana Mazzucatto, professora da University College London, em seu livro O Estado Empreendedor, nos Estados Unidos uma parcela considerável dos gastos com P&D vem de recursos públicos, sobretudo relacionados a investimentos militares. Na União Europeia, por sua vez a necessidade de aprofundar as políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico do bloco levou à implementação de uma ampla estratégia de especialização inteligente

No Brasil, ao contrário dos exemplos citados acima, políticas voltadas para a elevação

da competitividade tecnológica da produção nacional tem perdido espaço. Segundo dados do MCTI, o investimento em P&D, que subiu de 1 para 1,34% do PIB entre 2000 e 2015, caiu para 1,27% em 2016

Por outro lado, é preciso destacar que mesmo o crescimento do P&D observado entre 2000 e 2015 não foi capaz de alavancar as indústrias brasileiras de média e alta tecnologia. Ao contrário, nas últimas décadas verificou-se uma considerável redução da participação dos bens manufaturados no total das exportações, tendo o Brasil exportado maior proporção de bens primários e menor de bens de média e alta tecnologia, sobretudo em função do boom de commodities (<https://diplomatie.org.br/meritos-e-desafios-de-uma-agenda-externa-multilateral/>). Esse quadro enfatiza a importância de políticas amplas e coordenadas de fomento à indústria de ponta, e não somente da elevação do investimento em pesquisa.

O governo Bolsonaro tem sinalizado que seguirá caminho semelhante. Na educação superior, são raras as menções a estratégias e propostas para aumentar o financiamento da pesquisa. A equipe econômica de Bolsonaro, por sua vez, vê na liberalização da economia o instrumento fundamental para aumentar a produtividade da economia, desconsiderando o papel do planejamento e das políticas públicas no incentivo à indústria de alta tecnologia e à inovação. Além disso, demandas do agronegócio tem dominado diversas pautas do governo, com indústrias de maior teor tecnológico tendo recebido pouca ou nenhuma atenção.

Associado ao quadro de queda do gasto em pesquisa e de re-primarização, o caos institucional que se instalou no Brasil facilitou ainda a entrada de competidores internacionais em setores chave da indústria nacional, o que pode estreitar e dificultar ainda mais as possibilidades de desenvolvimento do país a médio e longo prazos. No setor de petróleo, por exemplo, a entrada de empresas estrangeiras na exploração do pré-sal ameaça a liderança tecnológica da Petrobras nessa área, e reduz os transbordamentos dessa produção sobre outros setores da economia brasileira. No setor aeronáutico, a venda da Embraer para a Boeing, se confirmada, pode possibilitar a transferência de boa parte das atividades de produção e de P&D da empresa e de seus fornecedores para os Estados Unidos.

Em suma, ao adotar uma estratégia de desenvolvimento completamente baseada no mercado, abrindo mão de políticas e investimentos públicos voltados para motivar a pesquisa, a inovação e a produção de bens de alta tecnologia, o Brasil tem caminhado em direção oposta às estratégias adotadas pela União Europeia, a China, os Estados Unidos, entre outros países. Com essa estratégia, o Brasil corre sério risco de ter sua taxa de crescimento média reduzida, e de ficar ainda mais para trás na corrida tecnológica que se encontra intimamente associada ao desenvolvimento econômico. O mais grave é que ficar para trás significa aumentar ainda mais o custo de alcançar os países líderes no futuro, abrindo também a possibilidade de agravamento do quadro social já debilitado do país.

João P. Romero é professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de Minas Gerais e do Cedeplar.

topo ↕

GRUPO ORZIL - TEMPO REAL

INPE esclarece sobre sistemas de monitoramento

Esta nota visa esclarecer o funcionamento dos sistemas de monitoramento das alterações da cobertura vegetal desenvolvidos e operados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), complementando as informações dadas pelo ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, publicada na edição de 16/01/2019.

O programa de monitoramento do INPE conta com três sistemas operacionais: o Programa de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (PRODES), o Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (DETER) e o sistema de mapeamento do uso e ocupação da terra após o desmatamento, TerraClass. Os sistemas são complementares e foram concebidos para atender a diferentes objetivos.

Para toda a extensão da Amazônia legal brasileira, o sistema PRODES realiza o inventário de perda de floresta primária através do uso de imagens de satélite de observação da Terra, desde 1988. A partir deste inventário, são calculadas as taxas anuais de desmatamento para os períodos de agosto a julho, considerando como desmatamento a supressão da floresta em áreas superiores a 6,25 hectares. Por depender das condições climáticas da estação seca para aquisição de imagens livres de nuvens, o PRODES é feito anualmente. A primeira apresentação dos resultados é realizada até dezembro de cada ano, na forma de uma estimativa da taxa de desmatamento. Para essa estimativa são processadas e analisadas todas as imagens das regiões que contiveram no mínimo 90% do desmatamento, no ano anterior. Os dados consolidados são apresentados no primeiro semestre do ano seguinte, quando é concluído o processamento das imagens necessárias para cobrir toda a Amazônia. Para as áreas onde a cobertura de nuvens não permitiu o mapeamento, é feito um cálculo que estima a área desmatada sob nuvem, usando a hipótese de que a proporção da ocorrência de desmatamento em áreas sob nuvens é igual a das áreas não cobertas por nuvens. Destaca-se que a estimativa do desmatamento sob nuvens corresponde em média a apenas 5% da taxa de desmatamento calculada pelo PRODES.

O DETER, lançado em 2004, é um sistema de apoio à fiscalização e controle do desmatamento e degradação na Amazônia. O DETER produz diariamente alertas de alteração na cobertura florestal para áreas maiores que 3 hectares. Os alertas indicam áreas totalmente desmatadas (corte raso) bem como áreas em processo de degradação florestal (exploração de madeira, mineração, queimadas e outras). Esses alertas são enviados automaticamente ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), sendo insumo para o planejamento das ações de fiscalização. As informações ficam ainda disponíveis na internet para as Secretarias Estaduais de Meio Ambiente, bem como para toda a sociedade.

O TerraClass, realizado com frequência bienal, numa parceria entre o INPE e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), tem por objetivo a identificação do uso e cobertura das áreas apontadas como desmatadas pelo PRODES. Com os resultados do TerraClass é possível fazer uma avaliação da dinâmica do uso e ocupação dessas áreas, nas classes mapeadas pelo projeto (agricultura, pastagens, regeneração entre outras). São classificadas áreas superiores a 6,25 ha.

Os sistemas de monitoramento operados pelo INPE utilizam imagens com resolução espacial entre 20 e 30 metros, pois esta classe de imagens permite uma adequada identificação das alterações da cobertura vegetal na escala da Amazônia, considerando

fatores como a disponibilidade de imagens, recobrimento frequente e extensivo do território monitorado e capacidade de processamento para a produção célere de resultados. Os resultados do PRODES fornecem uma série histórica anual e ininterrupta desde 1988, permitindo análises comparativas neste período.

O INPE monitora constantemente a qualidade desses produtos e os resultados mais recentes indicam um nível de precisão superior a 95% para os dados do PRODES. Além desse controle, a política de transparência dos dados, adotada pelo INPE desde 2004, permite o acesso completo a todos os dados gerados pelos sistemas de monitoramento, possibilitando avaliações independentes pela comunidade usuária, incluindo o governo em suas várias instâncias, a academia e a sociedade como um todo.

Como instituição de pesquisa e inovação, o INPE acompanha as inovações científicas e tecnológicas na área de observação da terra por satélite, para a constante melhoria de seus sistemas de monitoramento da Amazônia, e, desde 1972, coordena um curso de pós-graduação em sensoriamento remoto com o mais alto conceito da **CAPES**.

Elaboração e Análise de Projetos de Convênios
21 e 22 de março de 2019 / Brasília – DF

Curso Teórico para conveniente e concedente com estudo prático sobre técnicas de elaboração, análise e avaliação de projetos e planos de trabalho de convênios, contratos de repasse, termos de parceria, termos de fomento e termos de colaboração. Inclui demonstração no SICONV.

topo 

JORNAL DA CIÊNCIA - NOTÍCIAS

Um legado de defesa da ciência e educação do País

História da SBPC evidencia seu papel na consolidação da ciência em prol do desenvolvimento econômico e social

O papel das sociedades científicas é, em primeiro lugar, congregar cientistas, pesquisadores e estudantes em torno da ciência. Mas, desde o início, a SBPC já estabelece como missão se constituir como uma entidade distinta das demais, na qual “os cientistas se irmanarão com os não cientistas, porém amantes da ciência, buscando o prestígio crescente desta última e o progresso do País por meio do próprio progresso da ciência”, conforme o primeiro número da então porta-voz da entidade, a revista *Ciência & Cultura*, de 1949.

Para entender essa história, veja a seguir como alguns de seus representantes dão significado aos 70 anos que a sociedade completa em 2018.

De sua fundação no final dos anos 1940 e sua contribuição para o processo de institucionalização da ciência em território nacional; dos anos de chumbo da ditadura militar e sua resistência; do seu papel no processo constituinte aos últimos 30 anos na contribuição para políticas públicas, veremos a importância da SBPC no que tange à ciência e à educação na construção histórica de uma ideia de País.

Fundação: A “grande virada” do pós-guerra

A SBPC foi fundada em 8 de julho de 1948, por cerca de 60 cientistas reunidos no auditório da Associação Paulista de Medicina, a avenida Brigadeiro Luiz Antônio, em São Paulo. O grupo foi motivado pelo médico e farmacologista Maurício Rocha e Silva

(1910-1983), pelo médico e jornalista José Reis (1907-2002) e pelo biólogo Paulo Sawaya (1903-2003).

“Na verdade, a criação é de Maurício Rocha e Silva. Ele teve a ideia e ele aglutinou as pessoas”, afirma a ex-presidente da SBPC, Helena Nader, professora da Unifesp. “Ele era do Instituto Biológico, da Vila Clementino. Os institutos desempenhavam um papel de pesquisa que as universidades ainda não tinham”, aponta. É apenas em 1957, já no auge de sua carreira científica, que Maurício Rocha e Silva assume, como professor catedrático, o Departamento de Farmacologia da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (USP).

Em defesa dos cientistas

Quando a SBPC foi criada, os institutos e universidades passavam por uma séria crise. Maurício Rocha e Silva estava na Inglaterra, com bolsa do Conselho Britânico, quando soube que o novo diretor do Butantan, indicado pelo governador Adhemar de Barros, demitira cientistas e congelara salários. A filosofia do novo dirigente era de que a ciência pura era improdutiva e, portanto, o instituto deveria se preocupar só com a produção de vacinas. Em 1947, Rocha e Silva volta ao Brasil irado, e com conhecimento de associações como a Royal Society, de Londres. Nos primeiros encontros, que se deram no Instituto Biológico, convence seus pares para a necessidade da fundação da SBPC. “Ao falar, colocava o dedo na ferida, intimidava. Ele era um farol”, testemunha Nader, que o conheceu em 1968.

Sua sanha também se expressava cientificamente. Ao mesmo tempo em que criava a SBPC, Rocha e Silva descobria a bradiginina, um vasodilatador que seria usado em medicamentos contra hipertensão.

“Característica da SBPC é que sempre abrigou grandes nomes da ciência. Rocha e Silva deveria ter ganhado um Nobel”, diz Nader.

O primeiro presidente da entidade foi o advogado e professor da USP, Jorge Americano (1891-1969). Rocha e Silva entrou como vice-presidente. Sawaya assinava como tesoureiro e Reis, como primeiro secretário-geral da SBPC.

A data da fundação é um marco. Em 2001, uma lei federal estabelece o 8 de julho como Dia Nacional da Ciência. Em 2008, institui-se também nessa data o Dia Nacional do Pesquisador.

Com a preocupação de não se restringir aos centros de maior produção científica, a SBPC realiza suas reuniões em diversas cidades pelo País. A 1ª Reunião Anual ocorreu em Campinas, em 1949. Para divulgar os trabalhos científicos e cumprir sua missão de promover a disseminação do conhecimento científico, foi lançada a revista Ciência e Cultura, em 1949.

Institucionalização da ciência no Brasil

O mundo passava por uma transformação. A partir dos anos 1950, a ciência vive sua “grande virada”. No pós-guerra, a ideia da ciência como motor do desenvolvimento das nações fica patente. Assim, no Brasil e em outros países da América Latina e do mundo,

a ciência passa a se estruturar, com a criação de órgãos de financiamento e formação de pesquisadores.

No Brasil, segundo o linguista Carlos Vogt, da Unicamp, “a SBPC nasce também como atitude de afirmação de princípios democráticos surgidos a partir da criação a USP, em 1934, como uma reação constitucionalista, pela perspectiva do papel do conhecimento científico na sociedade”, explica.

Em nível federal, a SBPC tem papel primordial na criação de organismos de apoio à ciência. O ano é 1951. O educador Anísio Teixeira (1900-1971), que seria presidente da SBPC entre 1955 e 1959, cria a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, enquanto a Academia Brasileira de Ciências (ABC), que abrigava só especialistas, articula a criação do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Embora a maioria dos assinantes da ata de fundação fossem médicos, para o antropólogo Otávio Velho, da UFRJ, a SBPC é a única sociedade científica que contempla as ciências sociais, desde o seu início. “O grande Anísio Teixeira é homenageado em 1955. E a primeira reunião ocorrida no Rio de Janeiro, em 1957, no Museu Nacional, teve conferência de Oscar Niemeyer”, assinala.

“A SBPC engloba todas as áreas e tem esse papel de fazer com que cientistas de áreas diferentes se encontrem, troquem experiências, conhecimentos”, concorda o físico Sérgio Rezende, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

“Mas, em um país como o Brasil, que não tem tradição de ciência e em que há descontinuidade de apoio governamental, a SBPC tem papel também na política científica, de se posicionar, de protestar e de fazer interlocução com o governo”, afirma Rezende, que foi ministro da Ciência e Tecnologia de 2005 a 2010.

Nesse primeiro período, para Rezende, a SBPC ajudou na institucionalização da ciência no País, mas a missão de falar para fora da comunidade científica não tinha sido completa.

Um legado de defesa da ciência e educação do País A SBPC foi fundada em 8 de julho de 1948, por cerca de 60 cientistas reunidos no auditório da Associação Paulista de Medicina, a avenida Brigadeiro Luiz Antônio, em São Paulo. O grupo foi motivado pelo médico e farmacologista Maurício Rocha e Silva (1910-1983), pelo médico e jornalista José Reis (1907-2002) e pelo biólogo Paulo Sawaya (1903-2003).

“Na verdade, a criação é de Maurício Rocha e Silva. Ele teve a ideia e ele aglutinou as pessoas”, afirma a ex-presidente da SBPC, Helena Nader, professora da Unifesp. “Ele era do Instituto Biológico, da Vila Clementino. Os institutos desempenhavam um papel de pesquisa que as universidades ainda não tinham”, aponta. É apenas em 1957, já no auge de sua carreira científica, que Maurício Rocha e Silva assume, como professor catedrático, o Departamento de Farmacologia da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (USP).

Resistência ao regime militar amplia inserção da SBPC na sociedade

Com universidades como palco de invasões, perseguições e prisões, entidade resiste e protesta contra ditadura pós-1964 Com o golpe militar de 1964, a história da SBPC entra em um patamar que a leva a se inserir definitivamente nos debates políticos do País.

Em 1968, os cursos de pós-graduação e o regime de dedicação exclusiva são implantados, por meio da lei nº 5.540, como parte do Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) do governo Costa e Silva, de 1968 a 1970. O orçamento destinado à C&T cresce e, pela primeira vez, é realizada uma política científica e tecnológica com ênfase na educação universitária para o progresso científico e tecnológico.

Se inicialmente o regime promove avanços na formação de cientistas, por outro lado passa a censurar e a persegui-los, restringindo as liberdades democráticas, bem ao estilo da “modernização conservadora”.

Farol de democracia

O enfrentamento ao regime pela SBPC passa a ser sistemático na década de 1970. “A SBPC foi contra a ditadura assim que as universidades viraram palco de invasões. A ditadura passou por dentro da SBPC, perseguindo e prendendo seus sócios e diretores”, analisa Nader. Em 1970, em pleno Ato Institucional nº 5, dez pesquisadores do então Instituto Oswaldo Cruz foram impedidos de trabalhar, aposentados compulsoriamente, e oito deles tiveram seus direitos políticos suspensos. Um dos atingidos foi o médico e entomologista Herman Lent, um dos fundadores da SBPC, que deu a esse processo o nome de “Massacre de Manguinhos”. De acordo com Rezende, os recursos destinados à ciência, que tinham atingido um ápice em meados dos 1970, recuavam na segunda metade da década. Esse era outro fator do aumento do descontentamento.

Em 1977, a 29ª Reunião Anual, então programada para ser na Universidade Federal do Ceará, é proibida pelo governador, por pressão do governo militar. Alternativamente, havia a USP, mas a reunião na Cidade Universitária também foi impedida.

“Pela pessoa de Dom Paulo Evaristo Arns, a Reunião foi feita na PUC em São Paulo, ou seja, a reunião só podia ser feita ‘fora do País’”, conta Nader. Como o terreno da PUC é território do Vaticano, o regime não podia entrar ali.

“Vários professores foram cassados, havia censura aos meios de comunicação, que era o que impedia muitas vezes os posicionamentos da SBPC chegarem à sociedade. Mesmo assim, a reunião de 1977 mobilizou as pessoas”, conta Rezende.

“Foi nessa reunião que conheci Pavan, que tinha um papel destacado de falar sem medo”, lembra Rezende. O biólogo e geneticista Crodowaldo Pavan seria presidente da SBPC de 1981 a 1987.

“Durante o período da ditadura civil-militar, a SBPC foi um farol de democracia”, afirma a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha.

Nesse período, as ciências sociais ganharam mais visibilidade, segundo Otávio Velho. “Hoje, a resistência também se faz necessária e, de certa forma, isso unifica e aproxima

as diversas áreas da sociedade”, compara.

Nos anos 1970, houve grande crescimento das reuniões anuais. Foi quando a SBPC “assumiu um papel importante no processo de democratização, aumentou sua independência e conquistou maior reconhecimento pelo governo”, de acordo com Ana Maria Fernandes, em “A construção da ciência no Brasil e a SBPC” (UnB, 2000).

Redemocratização e processo constituinte: propostas e mobilização

Luta pela anistia e atuação na Constituinte em temas de C&T, educação e direitos humanos marcam o período de abertura política

As manifestações em favor da anistia, da Constituinte e de eleições livres tiveram espaço dentro da SBPC, que foi “um centro de abraço das vozes que reclamavam e lutavam pela democracia”, nas palavras de Helena Nader.

Anistia

Se, em março de 1974, Ernesto Geisel assume a presidência e inicia um processo de abertura “lenta, gradual e segura”, o debate sobre a anistia cresce. Em julho de 1976, moção pela anistia é fortemente aplaudida e aprovada na 28ª Reunião Anual, realizada em Brasília. Cientistas aposentados pelos atos institucionais participam e ocorre manifestação pela reintegração, com a presença de políticos da oposição.

Na 30ª Reunião Anual, ocorrida em julho de 1978 na USP, é feita a leitura de documento do Comitê Brasileiro pela Anistia. A pressão da sociedade civil faz o governo João Batista Figueiredo (1979-1985) encaminhar um projeto de lei ao Congresso, que atendia parcialmente os objetivos da campanha, pois também anistiava “os algozes do povo brasileiro”.

Constituinte

Durante o processo de elaboração da Constituição “cidadã”, “a SBPC, e particularmente sua presidente, a psicóloga Carolina Bori e o vice-presidente o sociólogo José Albertino Rodrigues, tiveram uma atuação importantíssima na defesa de direitos humanos e em particular dos direitos dos povos indígenas”, conta Manuela Carneiro da Cunha.

Os pesquisadores publicavam matérias na imprensa e faziam o “corpo a corpo” direto para orientação das discussões. Em momento em que os direitos indígenas estavam ameaçados após campanha orquestrada em grandes diários do Rio, Brasília, São Paulo, Recife e Manaus, Manuela Cunha foi com Bori a uma comissão em Brasília para uma entrevista com Bernardo Cabral, indicado pelo PMDB à relatoria da Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte.

“Achei chocante que Bernardo Cabral recebesse a mui respeitada Carolina Bori em pé, sem convidá-la sequer a se sentar. Ela se portou com a dignidade que sempre a caracterizou. Os direitos indígenas conquistados na Constituição de 1988 devem muito, entre outros, ao apoio da SBPC”, lembra.

A atuação na Constituinte se deu em várias frentes. Um capítulo sobre CT&I foi

inserido no texto, assim como foram garantidos avanços na educação e nos direitos humanos.

“Com a redemocratização, a SBPC torna-se protagonista da C&T e passa a ser ouvida pela sociedade civil: os muros da educação e da ciência transbordam”, caracteriza Nader.

O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) é criado em 1985, fortalecendo o sistema nacional de CT&I.

A divulgação cresce nos anos 1980. O Jornal da Ciência é criado em 1986, no mesmo ano do surgimento da Ciência Hoje das Crianças, ambos produtos da Ciência Hoje, criada em 1982. Em 2001, embora permanecessem vinculadas à SBPC, essas duas revistas ganharam autonomia administrativo-financeira com a criação do Instituto Ciência Hoje (ICH) e atualmente existem na versão digital. O Jornal da Ciência permanece nesta versão impressa e on-line, assim como a revista Ciência & Cultura, nascida em 1949 e ainda na ativa.

Avanços regionais em tempos globais

Nos anos 1990, a entidade continua a ampliar ações, como a campanha para criação de fundações de amparo à pesquisa e a aplicação do projeto SBPC vai à Escola

Com a chegada das ideias neoliberais na formulação de políticas no Brasil, o sistema de CT&I sofre restrições graves nos anos 1990. Mas a SBPC continua a se posicionar em defesa dos interesses da ciência e da educação, principalmente devido ao trabalho das Secretarias Regionais. Entre os avanços da década, estão a criação das fundações de amparo à pesquisa (FAPs) e a prática de ações educativas voltadas ao público jovem.

FAPs

Se São Paulo (1962), Rio Grande do Sul (1964), Rio de Janeiro (1980) e Minas Gerais (1985) já contavam com fundações de fomento, foi nos anos 1990 que as FAPs se disseminaram por outros estados brasileiros. A criação das FAPs regionais, nos moldes da Fapesp – que opera com recursos públicos vinculados a impostos estaduais – é fruto de intenso trabalho da SBPC.

Para o antropólogo Otávio Velho, a criação dessas fundações tem relação com a criação das secretarias regionais da SBPC. “A face pública da SBPC se restringia às reuniões anuais até a década de 1970. A partir de então, a SBPC multiplica suas atividades em todo o País com o impulso das secretarias regionais”, explica.

Crise

Uma grave crise financeira na década de 1990 reduz recursos à área. No CNPq, por exemplo, em 1989, sob o governo de José Sarney, o valor de bolsas e fomento, dinheiro que efetivamente chega ao pesquisador, era de R\$ 433,6 milhões. Em 1992, com Fernando Collor, esse valor foi reduzido para R\$ 324,4 milhões. Em 1994, com Itamar Franco, houve um salto para R\$ 657,9 milhões. Mas, com FHC, o valor volta a ser reduzido para R\$ 426 milhões, um recuo de mais de R\$ 230 milhões em relação a 1994

(Folha de S. Paulo, 22/10/1999).

“Só no final dos anos 1990, com os fundos setoriais, a situação melhora um pouco”, afirma Sérgio Rezende. Os fundos setoriais foram criados em 1999 com o objetivo de aumentar recursos e induzir pesquisa em áreas consideradas estratégicas, com universidades, centros de pesquisa e do setor privado. “A SBPC ficou numa certa expectativa com o governo de um intelectual como o FHC, mas o esperado não ocorreu”, opina o físico.

Em 1996, é criado o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT) como órgão de assessoramento do presidente da República para a formulação da política nacional de desenvolvimento científico e tecnológico. Porém, de acordo com Helena Nader, “infelizmente, o Conselho não foi apropriado pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso”.

Escolas

Lançado em 1995, o projeto “SBPC vai à Escola” é desenvolvido pelas Secretarias Regionais para estimular a interação entre cientistas e estudantes dos níveis fundamental e médio por meio de palestras e atividades nas escolas. Dois anos antes, em 1993, havia sido criada a SBPC Jovem, atividade da Reunião Anual voltada aos estudantes do ensino básico.

O resultado das ações educativas é notado, mas, de acordo com a professora Regina Markus, ele está fora das estatísticas governamentais. “A ciência passa a ser apropriada pela população brasileira porque ‘a ciência se vivencia’”, afirma. Para a biomédica e ex-secretária-geral da SBPC, a importância da história da entidade é ter mudado “mentalidades”.

“Ciência não é gasto, é investimento”

Entidade tem participação nas Conferências Nacionais de CT&I e atuação intensa no parlamento por leis e financiamento para CT&I

Em 2002 e 2005 realizam-se a 2ª e a 3ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia (a 1ª havia ocorrido em 1985, ano da criação do MCT). Foi nesse período que a inovação foi inserida na agenda política e econômica do País. E a partir daí, teve início uma série de ações para a criação de um aparato jurídico e institucional que correspondesse às expectativas da criação de uma Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Um dos objetivos era promover a aproximação entre a academia e a indústria e a ampliação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI).

Foi nesse cenário que em 2008, a pedido do então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em uma visita à SBPC, entidades científicas e empresariais, como a ABC, Anpei, Abruem, Anprotec, Confies, Consecti, Confap, Fortec, entre outros, com a liderança da SBPC, elaboraram um diagnóstico da legislação brasileira ligada à CT&I e formularam um novo conjunto de propostas, entregue a Lula em maio de 2010. A ideia era a criação de um “Código Nacional de CT&I”, cujo pressuposto era adequar a Constituição Federal às mudanças previstas no projeto.

E foi assim que, em 2013, foi elaborada a PEC 290/13, que resultou na Emenda Constitucional nº 85. Paralelamente à EC 85, deu-se início ao projeto do Marco Legal da CT&I. O projeto, no qual a SBPC foi um dos atores principais, tramitou no Congresso de 2011 a 2015, sendo aprovado por unanimidade na Câmara e no Senado e deu origem à Lei 13.243, sancionada pela presidente Dilma Rousseff, no dia 11 de janeiro de 2016, com 8 vetos.

Na ocasião da sanção, Helena Nader, a então presidente da SBPC, declarou que a lei é um grande exemplo que o Brasil dá sobre como ser republicano. De acordo ela, o projeto reuniu todos os setores na sua. “A Lei é fantástica, porque facilita o processo de fazer ciência no Brasil”, disse.

Em anos recentes, a luta da SBPC tem se voltado à crise de investimentos para CT&I. Desde 2014, o financiamento à área vem sofrendo severos golpes e atualmente o orçamento é 40% apenas do que era há uma década. A crise foi agravada ainda mais quando, em maio 2016, uma medida provisória assinada pelo presidente Michel Temer, fundiu o MCTI com o Ministério das Comunicações.

E o golpe fatal veio em dezembro de 2016, com a aprovação da Emenda Constitucional 95, fixando um teto para os gastos do governo por duas décadas. “Ciência não é gasto, é investimento”, atestou na época Helena Nader, em sentença que virou emblemática da luta.

Diante da “tragédia anunciada”, como denominou o presidente da SBPC, Ildeu de Castro Moreira, a SBPC, foi – e continua sendo – uma das lideranças na luta pela reversão dos cortes orçamentários, pela volta do MCTI, pela revogação da EC 95 e por políticas públicas que promovam o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social do Brasil. “Que milhões de brasileiros possam viver num país mais justo, que explore de maneira sustentável suas riquezas. Que possam ter uma ciência e tecnologia desenvolvidas e que a gente possa disputar mundialmente essa produção, o uso da ciência e educação de qualidade. Esse é o desafio. A SBPC é um instrumento que pode ajudar o País a se recuperar e atingir o desenvolvimento adequado para a sua população”, declara Moreira.

Mariana Castro Alves e Daniela Klebis

Reportagem publicada no Jornal da Ciência impresso de dezembro de 2018, edição especial em homenagem aos 70 anos da SBPC. A publicação completa pode ser acessada neste link.

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - NOTÍCIAS

Observatório da Unesp de Bauru realiza Virada Astronômica

O primeiro atendimento público de 2019 no Observatório será o Eclipse Total da Lua, na madrugada de 20 para 21 de janeiro

Na madrugada de 20-21 de janeiro de 2019 teremos o único eclipse total da Lua deste ano visível no Brasil, e o Observatório preparou um evento especial para você: a Virada Astronômica!

A Lua começará a entrar na sombra da Terra às 1h33 da manhã de 21 de janeiro e sairá

totalmente da sombra só às 4h50. A Lua ficará totalmente imersa na sombra da Terra entre 2h41 e 3h43.

Embora o eclipse total comece só de madrugada, o Observatório preparou uma palestra especial com o tema “Eclipse Lunar Total de 21 de janeiro de 2019”, a ser ministrada na noite de 20 de janeiro pelo nosso convidado especial, o professor Emerson R. Perez, graduado em Física, tendo atuado como diretor nos Planetários de Presidente Prudente, Ibirapuera e Carmo em São Paulo, e no Planetário de Santo André. Atuou também nos Observatórios Municipais de Americana e de Piracicaba e foi o astrônomo responsável pelo MAAS, Museu Aberto de Astronomia. A vinda do palestrante tem o apoio do Programa de Pós-graduação em Educação para a Ciência **CAPES/PROEX**.

A palestra será ministrada duas vezes, às 20h00 e às 21h00, na noite de 20 de janeiro e os visitantes poderão permanecer conosco numa animada e instrutiva conversa informal sobre Astronomia com os monitores do Observatório e o palestrante convidado ao longo de todo o Eclipse na madrugada de 20-21, portanto, uma verdadeira Virada Astronômica!

A entrada é gratuita, aberta para todas as idades e dispensa agendamento prévio.

As observações dependem das condições atmosféricas.

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - NOTÍCIAS

Aberta chamada DFG-Capes para fomento de projetos Brasil-Alemanha na área de Direito

Serão selecionados até 10 projetos conjuntos desenvolvidos por pesquisadores brasileiros e alemães. O prazo para submissão é dia 28 de fevereiro

A Sociedade Alemã de Amparo à Pesquisa (DFG) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (**Capes**) lançaram uma nova chamada conjunta para o fomento de projetos de pesquisas binacionais na área de Direito. Serão selecionados até 10 projetos conjuntos desenvolvidos por pesquisadores brasileiros e alemães.

Todos os projetos contemplados no edital deverão colaborar uns com os outros, por meio de encontros, workshops e outras atividades de cooperação, a fim de formar duas redes de pesquisa Brasil-Alemanha na área de Direito.

Cada proposta deverá conter um planejamento de quatro anos de atividades em módulos anuais, considerando a duração de até três anos do projeto, podendo ser renovado por até mais um ano, conforme critérios de avaliação das duas agências.

A chamada integra o Programa de Iniciativa de Pesquisa Colaborativa **CAPES-DFG** que, da parte brasileira, prevê financiamento para recursos de manutenção do projeto, missões de trabalho, bolsas de estudo e a realização de um fórum anual do programa.

No Brasil, as inscrições serão feitas junto à **Capes** pelo proponente a coordenador brasileiro. Na Alemanha, as inscrições serão feitas junto à DFG, pelo proponente a coordenador alemão. Propostas que forem apresentadas somente a uma das agências serão indeferidas. O prazo para submissão é dia 28 de fevereiro.

topo ↕

PLANTÃO NEWS - TEMPO REAL

Sistema do Inep já está aberto para coleta de dados do Censo de 2018

Todas as Instituições de Educação Superior (IES) brasileiras, públicas e privadas, já podem declarar seus dados no Censo da Educação Superior 2018. O Sistema Censup foi disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia vinculada ao Mec, na segunda-feira, 14, e ficará aberto até 26 de abril. A coleta de dados é realizada diretamente no Sistema Censup.

Ilustração

O preenchimento dos dados é de responsabilidade do Pesquisador Institucional (PI), representante oficial da IES junto ao Inep. É o PI que responde aos questionários eletrônicos do Sistema Censup, verifica e corrige possíveis inconsistências dos dados declarados, além de responder, no limite de suas atribuições, a questionamentos do Inep referentes ao Censo da Educação Superior.

Capacitação – O Inep promoverá uma capacitação a distância para os (PIs) e Auxiliares Institucionais (AI). O objetivo é qualificá-los para assegurar a correta inserção dos dados. O treinamento é indispensável para os PIs que realizarão o preenchimento do Censo da Educação Superior pela primeira vez. As inscrições para a capacitação estão disponíveis apenas para as IES com o cadastro do PI atualizado.

Censo da Educação Superior – Realizado anualmente pelo Inep, o Censo da Educação Superior reúne informações sobre as IES, cursos, docentes e alunos. O preenchimento do Censo é pré-requisito para a expedição de atos regulatórios e para a participação das IES em programas do Ministério da Educação, como o Prouni, o Fies e as bolsas da **Capes**. Como forma de aprimorar a qualidade das análises realizadas, os dados trazem as informações de alunos e profissionais individualmente. Ou seja, permite que as políticas do setor e seus participantes sejam acompanhados de maneira minuciosa. O Censo subsidia ainda a Avaliação da Educação Superior, sendo insumo para o cálculo do Conceito Preliminar de Curso (CPC) e do Índice Geral de Cursos (IGC), Indicadores da Qualidade da Educação Superior divulgados pelo Inep.

[topo](#)

PORTAL TV CARIRI - TEMPO REAL

Museu Nacional inaugura exposição sobre Antártida, 1ª após incêndio

O Museu Nacional inaugurou nesta quarta (16) sua primeira exposição após o incêndio que destruiu parte de seu acervo. Gratuita, ela tratará sobre a Antártida e ficará no Palacete da Casa da Moeda, no centro do Rio de Janeiro, prédio que foi a primeira sede do museu em 1818.

Das 160 peças em exibição, oito foram resgatadas sob os escombros do edifício nos últimos meses. Entre elas estão fragmentos de troncos de árvores fossilizados que ficaram cobertos por pedaços de metal, já que estavam dentro de um armário que derreteu com as chamas.

A exposição “Quando Nem Tudo Era Gelo – Novas Descobertas no Continente Antártico” estava planejada para acontecer em outubro do ano passado, em uma das salas do Museu Nacional. Em setembro, porém, a tragédia mudou os planos da equipe.

“Lembro de ter encontrado uma colega e ela ter me abraçado e dito: ‘Vamos manter a

exposição, ela tem que acontecer”, conta a curadora e paleontóloga Juliana Sayão, que liderou equipes de pesquisadores na Antártida durante três anos. Logo em seguida, veio o convite da Casa de Moeda. Segundo Sayão, 99% do acervo a ser mostrado estava dentro do prédio e ainda não foi encontrado, por isso a equipe precisou repensar a exibição com itens que estavam em outros lugares -em um prédio anexo do museu, por exemplo.

Para o diretor do museu, Alexander Kellner, a realização da exposição pouco mais de quatro meses após o incêndio significa que a instituição “está viva”. “O museu continua vivo, continua desempenhando a sua função, graças a um trabalho de equipe.”

A mostra tem três eixos: como é a Antártida hoje, como é o dia a dia dos pesquisadores brasileiros ali e como era a Antártida de 90 milhões de anos atrás -um continente completamente diferente do atual, quente, tropical e com uma vasta fauna. São exibidas as descobertas mais recentes de expedições realizadas de 2015 a 2018 por paleontólogos do museu no âmbito do projeto Paleoantar, que faz pesquisas de campo desde 2007 e é vinculado ao Programa Antártico Brasileiro.

Há a recriação de um iceberg, as ferramentas usadas pelos pesquisadores, um crânio da terceira menor baleia do mundo (a baleia minke antártica), fósseis de conchas, animais e plantas e um fragmento da asa de um pterossauro, uma das mais importantes descobertas na região que mostrou que eles também viveram ali.

A exposição vai durar quatro meses, até o dia 17 de maio. Segundo o diretor do Museu Nacional, a intenção é buscar patrocínios para levá-la a outros locais.

O RESGATE DO MUSEU

Mais de 1.500 itens foram achados sob os escombros do prédio até dezembro, incluindo peças das coleções, equipamentos, objetos pessoais e fragmentos arquitetônicos. Ainda não há, no entanto, um número oficial e a lista exata do que foi encontrado.

O acervo do museu tinha no total mais de 20 milhões de peças, incluindo o que não foi atingido pelo incêndio. As coleções de invertebrados, vertebrados e de botânica, por exemplo, estavam armazenadas em prédios anexos.

Entre os itens achados já identificados estão minerais e peças de arqueologia e etnologia (que estuda povos e culturas), como as bonecas Karajá, cerâmicas feitas por mulheres indígenas no início do século 20 e consideradas patrimônio imaterial brasileiro.

Em outubro, foram encontrados o crânio e uma parte do fêmur de Luzia -o esqueleto humano mais antigo descoberto na América. Esses materiais foram recolhidos durante o processo de remoção de entulhos e estabilização da estrutura do museu, que se iniciou há mais de três meses e deve terminar em março.

Eles estão sendo armazenados em contêineres instalados ao lado do Museu Nacional, que têm um sistema de exaustão e garantem que as peças fiquem estáveis, evitando que a temperatura suba demais, apesar de não terem ar condicionado.

Outros contêineres também são usados como laboratório, para conservar, organizar e documentar o material encontrado. Toda peça ganha um número e a sua identificação, e

depois vai sendo detalhada com as análises.

O trabalho de resgate vem sendo feito por uma equipe com dez pesquisadores coordenadores, 47 servidores e colaboradores. Eles tentam recuperar parte das coleções de antropologia, etnografia, paleontologia, geologia, entomologia, aracnologia e malacologia que estavam no interior do palácio.

As obras emergenciais ainda estão em andamento, incluindo etapas como escoramento das lajes, retirada das estruturas metálicas, cobertura provisória e remoção de escombros com a ajuda dos pesquisadores.

No total, o Museu Nacional tem em caixa neste ano aproximadamente R\$ 85 milhões. Desse valor, R\$ 15 milhões foram disponibilizados pelo Ministério da Educação para essas obras emergenciais e para a elaboração de um novo projeto museológico.

Outros R\$ 56 milhões vêm do Orçamento da União para 2019, aprovado pelo Congresso Nacional em dezembro. Essa quantia deve ser usada para reconstruir a infraestrutura básica do edifício, com paredes e teto definitivo. Mais R\$ 10 milhões do Ministério da Ciência e Tecnologia também serão aplicados na reconstrução do prédio e na compra de equipamentos para laboratórios da instituição. E R\$ 2,5 milhões para retomar pesquisas interrompidas virão da **Capes**, órgão vinculado ao MEC para expansão da pós-graduação no país.

O restante é proveniente de doações do governo da Alemanha, da empresa Vale e de campanhas pelo museu. Neste ano, segundo Kellner, serão três as prioridades: a recuperação do palácio, em seguida o resgate e recomposição do acervo e, por último, o fomento à pesquisa.

Desde o mês passado, os visitantes que não conseguiram ir ao Museu Nacional antes do incêndio podem circular virtualmente por suas principais salas e coleções em uma visita online guiada com imagens capturadas pela plataforma Google Street View antes da tragédia. Com informações da Folhapress.

topo ↕

SOBRAL NOTÍCIAS - NOTÍCIAS

Alunos de Engenharia Civil da UVA são destaque em seleção de mestrado e doutorado da UFC

Alunos do Curso de Engenharia Civil da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) foram aprovados no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal do Ceará (POSDEHA/UFC), vinculado ao Departamento de Engenharia Hidráulica e Ambiental da UFC. Foram admitidos no Curso de Mestrado em Recursos Hídricos:

- Lívia Figueira de Albuquerque (3º Lugar);
- João Batista de Sousa Raulino (4º Lugar)
- Jefferson Sousa Rocha (5º Lugar).

Na seleção para o Curso de Doutorado, também em Recursos Hídricos, o ex-aluno Bruno Araújo Paiva foi aprovado em primeiro lugar.

Com áreas de concentração em Recursos Hídricos, Saneamento Ambiental e Geotecnia,

o Programa de Pós-Graduação POSDEHA/UFC foi criado em 1972 e é avaliado com a nota 7 pela CAPES.

O Programa desenvolve pesquisas em temas como clima e recursos hídricos, desenvolvimento de modelos institucionais de recursos hídricos, questões ecotoxicológicas, tratamento avançado de esgotos, técnicas de reúso de água, aproveitamento de biogás, tratamento e reciclagem de resíduos sólidos, entre outros.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Museu Nacional revela achados na Antártica em 1ª mostra pós-incêndio

Exposição na Casa da Moeda inclui peças resgatadas dos escombros

O Museu Nacional inaugurou, nessa quarta-feira (16/1), a primeira exposição após o incêndio de setembro, que consumiu sua sede histórica, na Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro. A mostra inclui 160 peças do projeto Paleoantar, dedicado a coletar e estudar rochas e fósseis da Antártica. Entre elas, há oito peças que foram resgatadas dos escombros do prédio, além de ossos e réplicas de animais pré-históricos.

A iniciativa, apenas quatro meses após a tragédia, tornou-se possível com um convite do Museu da Casa da Moeda do Brasil, que cedeu duas salas de seu edifício, no centro da capital fluminense, para a exposição das peças. Curiosamente, esse mesmo edifício foi a primeira sede do Museu Nacional no século 19, quando este ainda era denominado de Museu Real.

A partir desta quinta-feira (17/1), a exposição será aberta ao público e poderá ser visitada nos próximos quatro meses, de terça-feira a sábado, das 10h às 16h, e no domingo, das 10h às 15h. Segundo o diretor do Museu Nacional, o paleontólogo Alexander Kellner, as peças apresentadas são de importância internacional e o objetivo é que outras cidades possam acolhê-las depois de 17 de maio. "Estamos já buscando parceiros para fazer com que a exposição viaje. O Museu Nacional continua vivo. Nós estamos trabalhando", disse Kellner.

A exposição, intitulada Quando Nem Tudo Era Gelo - Novas Descobertas no Continente Antártico, busca mostrar que a Antártica nem sempre foi como é hoje e já abrigou florestas de coníferas, com fauna e flores exuberantes e clima bem mais ameno. Há réplicas de um mosassauro e de um pliossauro. O público poderá ver também um fragmento de osso de pterossauro (réptil voador), o segundo já encontrado em toda a Antártica. Ele é considerado o mais importante achado da equipe de pesquisadores do Museu Nacional.

Estão expostos ainda fósseis de répteis, baleias, lagostas, pinha e samambaias. No percurso, os visitantes também poderão ver como é o trabalho dos paleontólogos, quais ferramentas eles usam, como se abrigam e como se locomovem.

A curadoria da exposição é de Juliana Sayão, paleontóloga da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e pesquisadora cedida ao Museu Nacional. "Nunca nenhuma população humana habitou a Antártica. Então, é um continente que traz essa assinatura de ter informação pura no seu conteúdo", disse Juliana. Segundo ela, a pesquisadora, a exposição ajuda a mostrar como uma mudança no clima traz impactos para vida. "Mexendo no clima, você mexe na diversidade. Mexe na flora, mexe na fauna, mexe na cadeia alimentar."

Peças resgatadas

A exposição já estava sendo planejada antes do incêndio e era estimada para outubro de 2018. Embora a mostra tenha saído do papel, 99% do que está exposto não fazia parte da proposta original. A maior parte do acervo apresentado foi selecionada a partir do que estava em um prédio anexo ou emprestado para outras instituições científicas. A curadora afirmou que não houve perda de qualidade, já que foram encontradas peças compatíveis com as que estavam previstas inicialmente. "Temos peças belíssimas e exclusivas", acrescentou Juliana.

Entre as oito peças expostas que foram recuperadas dos escombros edifício do Museu Nacional, há um fragmento de rocha vulcânica e um tronco fossilizado de 70 milhões a 80 milhões de anos que se encontra com aspecto metalizado devido ao impacto de um armário que derreteu no incêndio. A ideia é mantê-lo desse jeito, como uma testemunha da tragédia. "Fóssil é algo raro e, na Antártica, mais raro ainda. Mas dentro do que costumamos coletar lá, troncos são mais comuns. Se fosse um osso, possivelmente iríamos trabalhar para retirar a aparência metalizada", disse Alexander Kellner.

De acordo com Kellner, os trabalhos de resgate ainda estão no início e outras peças já estão sendo recuperadas, e a expectativa é de que muita coisa ainda seja encontrada. "Por exemplo, os dentes de tubarão. Tínhamos uma coleção maravilhosa. E estava em uma sala em que ainda não entramos." Kellner informou ainda que já está se movimentando para buscar o apoio do governo do presidente Jair Bolsonaro ao Museu Nacional. "Queremos mostrar nosso plano a ele. O Museu Nacional não está à deriva. E a maior prova é esta exposição", afirmou.

Importância estratégica

O Paleoantar é um projeto do Museu Nacional vinculado ao Programa Antártico Brasileiro (Proantar). Voltado para exploração científica do continente gelado, o programa existe desde 1982 e é desenvolvido com apoio operacional da Marinha e financiamento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e de instituições de fomento à pesquisa.

A primeira vez que pesquisadores do Paleoantar participaram de uma expedição do Proantar foi em 2006. Somente 10 anos depois, os paleontólogos do Museu Nacional voltaram à Antártica, mas, desde 2016, todos os anos, o Paleoantar tem integrado as expedições do Proantar. Os trabalhos de campo têm sido realizados nas ilhas James Ross, Snow e Vega, na península antártica. Neste momento, há uma equipe por lá.

Kellner afirma que o investimento neste tipo de pesquisa é de importância estratégica. O Paleoantar é financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). "A Antártica é objeto de cobiça de vários países. Somente vão opinar sobre o que vai acontecer futuramente com o continente aqueles países que tiverem pesquisa lá", afirmou.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Resultado do Enem 2018 será divulgado nesta sexta-feira

Nota só pode ser consultada individualmente. A vista do "espelho da redação", usado para fins pedagógicos, não será liberada nesta sexta.

Os candidatos que fizeram o Enem 2018 vão poder consultar suas notas a partir desta sexta-feira (18). Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o horário de liberação será divulgado no dia, nas redes sociais da instituição.

Os participantes que realizaram o exame como treineiros só terão acesso aos seus resultados no dia 18 de março. O "espelho da redação", que são as cópias digitalizadas dos textos e as justificativas para as notas, também será liberado em 18 de março, informa o Inep.

Como consultar o resultado

Para acessar a nota, os candidatos devem acessar a Página do Participante, incluir o CPF e a senha cadastrada. A nota do Enem 2018 só pode ser consultada individualmente.

Sisu

Com a nota do Enem 2018, os candidatos podem se inscrever no Sistema de Seleção Unificada (Sisu) 2019. O prazo começa na próxima terça (22) e encerra na sexta-feira (25). A inscrição é feita pelo site do programa: <http://sisu.mec.gov.br/>.

Sisu 2019: dicas para inscrição na seleção do primeiro semestre

Sisu 2019: como lidar com a ansiedade do processo seletivo

Calendário do Sisu 1º semestre de 2019

Inscrições: 22/1 a 25/1

1ª chamada: 28/1

Matrículas da 1ª chamada: 30/1 a 4/2

Inscrição na lista de espera: 28/1 a 4/2

Convocações de outras chamadas: a partir de 7/2

Enem 2018

A primeira aplicação do Enem 2018 aconteceu nos dias 4 e 11 de novembro, e a segunda, voltada para Pessoas Privadas de Liberdade (Enem PPL) e Jovens sob Medida Socioeducativa, ocorreu nos dias 11 e 12 de dezembro. Dos 5,5 milhões de inscritos na edição, apenas 24,9% não compareceram para fazer o exame.

Além do Sisu, as notas do Enem podem ser usadas pelos candidatos no Programa Universidade para Todos (ProUni), Financiamento Estudantil (Fies), e em 37 universidades de Portugal.

Confira as universidades portuguesas que aceitam notas do Enem

Veja as regras para participar do Fies

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), o Enem é a segunda maior prova do tipo no mundo, só perdendo para o "gao kao", prova de admissão ao ensino superior da China, com 9 milhões de candidatos.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Economista que chamou docentes de manipuladores assume comando do Enem

O governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL) nomeou o economista Murilo Resende Ferreira para assumir a coordenação do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio). A nomeação foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União nesta quarta-feira

(16).

Ferreira ocupará o cargo de diretor de avaliação da educação básica do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). O posto pertencia desde novembro de 2016 à pesquisadora Luana Bergmann Soares.

Doutor em economia pela FGV (Fundação Getúlio Vargas), Ferreira foi aluno do curso online de filosofia de Olavo de Carvalho, figura conhecida da ala conservadora e uma das pessoas de influência no governo Bolsonaro. Em seu blog, o economista descreveu a si mesmo como "estudioso do marxismo e do movimento revolucionário desde 2003".

Seu currículo não aponta nenhuma experiência na área de educação básica. Ele é professor visitante na UFG (Universidade Federal de Goiás) e na Escola Superior Associada de Goiânia desde 2015, lecionando temas relacionados a micro e macroeconomia.

Em 2016, quando participou de uma audiência pública do MPF-GO (Ministério Público Federal de Goiás) sobre "doutrinação político-partidária no sistema de ensino", classificou os professores brasileiros como "manipuladores" e afirmou que a "ideologia de gênero" é usada pelos docentes que não querem "estudar de verdade". "Então ideologia de gênero, que hoje é o grande cavalo de batalha desses manipuladores, sim, gente que não quer estudar de verdade, que sequer conhece a literatura, sequer conhece a filosofia", disse.

Controvérsias e "doutrinação"

A indicação do nome de Ferreira para a diretoria responsável pelo Enem gerou controvérsias. No dia 5 de janeiro, Bolsonaro usou o Twitter para defender o economista.

"Murilo Resende, o novo coordenador do Enem é doutor em economia pela FGV e seus estudos deixam claro a priorização do ensino ignorando a atual promoção da "lacração", ou seja, enfoque na medição da formação acadêmica e não somente o quanto ele foi doutrinado em salas de aula", escreveu.

Para Daniel Cara, coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a nomeação de Ferreira demonstra compromisso com uma visão de que o Enem seria um instrumento de "doutrinação".

"Na diretoria de avaliação da educação básica, ele cuidará de todas as avaliações de larga escala. Em geral, no Brasil, esses instrumentos já são insatisfatórios em termos pedagógicos. Há anos eles têm falhas. Pior será se eles ficarem submetidos a instrumentos da guerra cultural bolsonarista", pontuou.

A abordagem de Ferreira se assemelha à do ministro da Educação, o colombiano Ricardo Vélez Rodríguez. Em seu discurso de posse, Vélez criticou a "ideologia de gênero" e o "marxismo cultural" --que, segundo ele, está "hoje presente em instituições de educação básica e superior". "Trata-se de uma ideologia materialista, alheia aos nossos mais caros valores de patriotismo e de visão religiosa do mundo", disse.

Funcionários do Inep estão assustados com as mudanças na pasta e preocupados com

eventuais problemas na execução do Enem e de outras avaliações. Por medo de represálias, os servidores de carreira estão evitando comentar o assunto.

A oficialização de Ferreira para a coordenação do Enem acontece antes mesmo da nomeação do novo presidente do Inep -posto que está vago desde a última segunda-feira (14), quando Maria Inês Fini foi exonerada.

Apesar de o engenheiro Marcus Vinícius Rodrigues ser cotado para o posto, há rumores de que a demora para publicação da nomeação no Diário Oficial demonstre que a equipe de Bolsonaro esteja com dificuldades em oficializar um nome.

A indefinição também é vista como um possível sinal de que o novo presidente do Inep, seja quem for, não terá força política dentro do MEC. Na prática, isso significaria que Ferreira passaria a responder diretamente ao ministro Vêlez.

A CIDADE – SP - GERAL

Vendas é ciências e precisa de ferramentas

Vendas é ciências e para que desenvolva os melhores mecanismos é necessário estudar e utilizar de instrumentos para otimizar este processo. Em sua obra *A Incrível Ciências das Vendas*, Luiz Gaziri, consultor e professor na FAE Business School e na PUC-PR, especifica as melhores ferramentas para aprimorar as vendas dentro de uma empresa.

- Aula de Inglês: por mais que não trabalhe diretamente com pessoas ou materiais estrangeiros, o inglês é essencial e pode ajudar muito nos estudos, uma vez que existem muitos materiais completos e consistentes que dê preferência devem ser lidos em inglês.

- TED Talks: muitos conhecem a plataforma, mas não usam para adquirir conteúdo. A maior vantagem do TED, além de conteúdos relevantes, é que os vídeos são curtos e apresentam lições extremamente valiosas de autoridades nos assuntos disponíveis.

- Google Acadêmico: uma ótima ferramenta para pesquisar e ler artigos científicos de qualidade, todos embasados em fontes bibliográficas confiáveis. Evita rolar as páginas da internet em busca de artigos que, muitas vezes, não são confiáveis.

- Periódicos **Capex**: também é uma ferramenta de alta qualidade para encontrar artigos científicos confiáveis.

- Facebook: considerado o “sequestrador de produtividade”, quando utilizado corretamente pode fornecer muitos conteúdos relevantes. O que precisa fazer é seguir perfis ativos e confiáveis (The Atlantic, The Guardian), e favorita-los para receber o conteúdo assim que for postado. Serão diversas notícias do mundo dos negócios em primeira mão.

- Twitter: informação direta e permite saber das notícias de forma rápida. Da mesma forma que o Facebook, o ideal é que sigam páginas relevantes para saber o que os grandes nomes dos negócios estão pensando.

- Fast Company: a melhor revista de negócios que existe

- Newsletters: assine as News das maiores revistas, dos maiores pesquisadores e autores. Assim, pode receber direto no seu e-mail todas as novidades do mundo do business.

- Livros: quem não lê fica para traz. Existem uma infinidade de livros sobre negócios que apresentam diversas técnicas. Só não lê quem não quer.

topo ↕

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - TEMPO REAL

Nucli da UFPE busca professores de inglês

O Núcleo de Línguas – Idiomas sem Fronteiras (Nucli) da UFPE, que gerencia o programa Idiomas sem Fronteiras na instituição, lançou edital para composição de cadastro de reserva para professores de língua inglesa. As inscrições estarão abertas de 17 a 28 deste mês. Para participar, os candidatos devem enviar toda a documentação listada no edital para o e-mail adm.nucli.ufpe@gmail.com.

A carga horária semanal é de 20 horas, das quais 12 são em sala de aula, sendo o restante dividido entre monitoria e formação pedagógica. A remuneração é equivalente à bolsa de mestrado proveniente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior(Capes)**.

O processo seletivo será composto de prova didática e avaliação de currículo, etapas que devem acontecer entre os dias 12 e 14 de fevereiro. Estão elegíveis para atuar no Nucli IsF alunos de graduação em Letras-inglês ou português/inglês, ou profissionais formados em Letras-inglês ou português/inglês.

Mais informações

Edital

Nucli IsF UFPE

(81) 98673-0433

contato.nucli.ufpe@gmail.com

topo ↕

UFMG - NOTÍCIAS

Ranking confirma importância da universidade pública na produção do conhecimento

UFMG registrou subida acentuada em levantamento realizado pelo Times Higher Education com instituições de países emergentes

A UFMG ascendeu 23 posições em ranking de universidades de países emergentes e se posiciona entre as seis principais instituições de ensino superior do país, segundo a edição 2019 do Times Higher Education (THE) Emerging Economies University Rankings. A classificação, divulgada nesta terça-feira, 15, avaliou 442 universidades de 43 países classificados como “emergentes avançados”, “emergentes secundários” ou “de fronteira”.

O grupo das seis primeiras colocadas reúne a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade de Campinas (Unicamp), a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a UFMG, que ficou na 127ª posição. “Levantamentos como esse demonstram a importância da universidade pública na produção de conhecimento e na representação do nosso país”, observa a reitora Sandra Regina Goulart Almeida.

Ela destaca a necessidade do investimento contínuo e sustentável em educação, ciência e tecnologia, “para manter essa qualidade histórica das instituições públicas, que são um patrimônio da nação”. Segundo a reitora, eventuais quedas ou mudanças de posições

nos rankings ocorrem naturalmente devido à alta competitividade, pois há mais instituições concorrendo, especialmente as chinesas. “O investimento é fundamental, pois é aqui, nas universidades públicas, que se faz pesquisa de ponta e educação de qualidade, cujo impacto na sociedade não é alcançado pelas medidas adotadas pelos rankings”, ressalta Sandra Almeida.

O Emerging Economies University Rankings considera os seguintes indicadores: Citações, Pesquisa – que mensura investimento em produção científica e produtividade –, Ensino e Internacionalização. Em mensagem à UFMG, a editora do THE, Ellie Bothwell, elogiou o desempenho da Universidade em um cenário em que 17 das 36 universidades brasileiras, incluindo as duas mais bem colocadas, caíram de posição. “A ascensão da UFMG demonstra ser muito consistente em cada critério analisado, pois melhorou sua performance nos indicadores Citações, Pesquisa e Internacionalização, na comparação com 2018, e manteve-se estável em Ensino. Isso indica um cenário promissor para os anos que se avizinham”, analisa a editora.

Reputação e internacionalização

De acordo com o diretor de Relações Internacionais, Aziz Saliba, a classificação alcançada pela UFMG deve-se basicamente a dois fatores: reputação acadêmica e número de professores internacionais.

“Esse resultado mostra que houve uma evolução nos números da pesquisa da UFMG, ou seja, que ela está sendo mais reconhecida e mais citada. Com relação ao outro indicador, constatamos que a UFMG tem 156 professores internacionais, o que equivale a 4,3% do corpo docente”, comenta o diretor da DRI. Nesse total, não estão contabilizados docentes estrangeiros que atuam em cátedras bilaterais e como co-orientadores em programas de cotutela.

Para Aziz Saliba, os rankings estabelecem condições de comparação da UFMG com outras instituições no Brasil e no exterior. “Eles são mais importantes para observarmos as informações que trazem do que propriamente as posições de cada instituição”, pondera ele, que destaca o esforço de internacionalização empreendido pela UFMG, materializado, por exemplo, em sua participação no Programa Institucional de Internacionalização (Print), da **Capes**.

O pró-reitor de pesquisa, Mario Montenegro Campos, considera positivo o fato de a UFMG ter alcançado uma boa posição, principalmente no número de citações. “Trata-se de uma métrica objetiva, baseada em critério quantitativo, que expressa a alta qualidade da produção da pesquisa realizada na UFMG. Outros parâmetros baseiam-se em avaliações de natureza tipicamente qualitativa, sendo, portanto, de caráter mais subjetivo”, avalia o professor.

Campos também destaca o esforço que a própria Universidade vem desenvolvendo para construir uma “visão mais clara e consistente de suas diversas dimensões”. “Temos na PRPq uma equipe dedicada à coleta e análise de dados. Esse trabalho tem viabilizado não apenas a disponibilização de informações de melhor qualidade, mas também permite constatar que diversos indicadores em que a UFMG se destaca no cenário nacional e internacional ainda não estão sendo capturados adequadamente pelos rankings”, analisa o pró-reitor de Pesquisa.

Ana Rita Araújo

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Série ‘Sementes da Educação’ mostra escolas brasileiras com propostas pedagógicas inovadoras

O mundo mudou e as crianças e os jovens também. Com isso é constante o debate na área da educação a respeito de formatos inovadores de ensinar e aprender em escolas. Como romper as barreiras institucionais e desenvolver boas práticas coerentes com a comunidade?

A Série ‘Sementes da Educação’ conta histórias de 13 escolas brasileiras que adotaram propostas pedagógicas inovadoras e transformadoras, exercendo um grande impacto positivo nos alunos e na sociedade. Os episódios estão disponíveis gratuitamente na plataforma Videocamp, desde segunda (14).

O diretor Hygor Amorim, com produção da OZ Produtora, circulou por seis estados brasileiros em busca dessas experiências. Uma delas é a Escola Janela, de Cavalcante (GO), na região da Chapada dos Veadeiros.

A instituição nasceu da iniciativa de um grupo de pais e amigos e tem como missão repensar o papel social da educação e contribuir para a formação de cidadãos mais íntegros e questionadores.

Os vídeos também contam com a reflexão de especialistas como Celso dos Santos Vasconcellos, doutor em Educação pela USP; Caio Dib, jornalista e fundador do site “Caindo no Brasil”, e Rosely Sayão, psicóloga especialista em temas sobre educação de crianças e adolescentes.